

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

21 e 22 de abril
de 2018



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correo de Notícias
<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Policia
<input type="checkbox"/> Outros	
DATA	PÁG.
21/04	Cayru
	Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea
	Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

QUIVO



Jefferson Portela diz que sequer comunicaram ao comando da M a expedição do 'ofício'

“Memorando” absurdo na PMMA gera ‘fato político’ SECRETÁRIO EXONERA AUTORES DE “DOCUMENTO ILEGAL” E PRE-MA ABRE “PROCEDIMENTO ELEITORAL”

• Flávio Dino vê
motivação política e reage
indignado: “A turma do
mal vai perder de novo”

• Apuração sobre o
incidente terá prazo de
conclusão em até 30 dias

Um memorando absurdo a partir de integrantes da Polícia Militar do Maranhão gerou um fato político, ontem, com repercussão até nacional. Como consequência, a Secretaria da Segurança determinou a abertura imediata de apuração sobre o documento emitido “sem o conhecimento e sem autorização do Comando da PMMA”, e o secretário Jefferson Portela exonerou os envolvidos numa suposta determinação a Unidades do Interior sobre identificação de lideranças

políticas. A Procuradoria Regional Eleitoral instaurou Procedimento Preparatório Eleitoral e o governador Flávio Dino, ao politizar o fato nas redes sociais, classificou de absurdo imaginar que um “papel assinado por um oficial da PM” possa ter a orientação, apoio ou concordância dele, e suspeitando de motivações políticas, frisou: “A turma do mal vai perder de novo”. A apuração sobre o incidente terá prazo de conclusão em até 30 dias. **PÁG. 3 [CT]**



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria-Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Afos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde
<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		<input type="checkbox"/> Correio de Notícias
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	Outros	<input type="checkbox"/> Espontânea
<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia		<input type="checkbox"/> Positiva
			<input type="checkbox"/> Negativa
DATA	21/10/4	PÁG. 03	Inform JP

Ordem para exonerar

Em entrevista à Rádio São Luís, o secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, afirmou que não partiu do comando da Polícia Militar e sequer comunicaram ao comando da corporação a expedição do documento que pede controle de lideranças de oposição ao governo e a prefeitos nos municípios maranhenses.

Por isso, determinou a imediata exoneração dos autores do documento. "É um erro gravíssimo. Eu estava em uma reunião e por volta das 23h (de quinta) quando tomei conhecimento disso determinei ao Coronel Luongo a exoneração dos responsáveis por esta 'nota'. Não tem como permanecer na direção de um controle de um processo eleitoral quem emite uma nota dessa", afirmou Portela.

Palavra do comandante

O comandante da PM, coronel Jorge Luongo, reafirmou que a ordem não partiu do Comando, e já instaurou procedimento para apurar as responsabilidades. "O procedimento para determinar a participação de cada um já está instaurado. Todos serão chamados

para prestar esclarecimentos. Mas garanto que esta ordem não partiu do Comando Geral, pois isso fere o princípio democrático", disse o comandante geral.

O memorando circular dizia que os comandantes das unidades deveriam informar às lideranças que faziam oposição nos municípios que poderiam causar embaraços ao pleito eleitoral.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procurador Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso		
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correo de Noticias		
<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida	Outros		
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Policia			
DATA	PÁG.	03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea
21/04			<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Jefferson Portela exonera responsáveis por documento ilegal atribuído à cúpula da PM

A Secretaria de Segurança Pública do Maranhão determinou a abertura imediata de apuração sobre um documento emitido sem o conhecimento e a autorização do Comando da Instituição Policial Militar. A nota tratava de suposta determinação a Unidades do Interior sobre identificação de lideranças políticas.

“É um erro gravíssimo. Eu determinei a imediata exoneração dos responsáveis por essa nota. Não tem como permanecer na direção de um controle de processo eleitoral quem emite uma nota dessa”, afirmou o secretário da Segurança Pública, Jefferson Portela.

“A exoneração é de um, dois ou quantos forem. A nota contraria

as regras da democracia”, acrescenta Portela. De acordo com ele, “isso foi comunicado sem passar ao comando geral, o que não pode. Nós somos uma corporação que tem disciplina e hierarquia.”

O comandante geral da PM, Jorge Luongo, frisou que o procedimento de apuração já foi instaurado: “Nós fomos pegos de surpresa com essa documentação indevida e não autorizada. E um absurdo, uma nota ilegal que não foi emanada pelo comando da instituição. De pronto, a gente repudia esse levantamento”.

“Determinamos de imediato a abertura de um procedimento apuratório para atribuir a responsabilidade a quem errou, a quem tomou essa iniciativa”,



Jefferson Portela diz que ~~quiser~~ comunicaram ao comando da PM a expedição do ~~vício~~

acrescentou Luongo.

“Nossa PM não age dessa forma, nós queremos tão somente levantar informações para iniciar o processo de planejamento

[de segurança] para a eleição de 2018. E alguém avançou nessa questão de forma ilegal, absurda e arbitrária”, assinalou o comandante da PM.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procurador-Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso	
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida	Outros
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	
DATA	PÁG.
21/04	17
	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea
	<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

ESPIONAGEM

Origem de documento será investigada

A Secretaria de Segurança Pública do Maranhão determinou a conclusão em até 30 dias da sindicância para apurar a responsabilidade sobre documento ilegal emitido sem o conhecimento e a autorização do Comando da Instituição Policial Militar. A nota tratava de suposta determinação a Unidades do Interior sobre identificação de lideranças políticas. Conforme estabelecido em lei, o prazo inicial de 30 dias corridos pode ser prorrogado por 20 dias, caso haja neces-

sidade. A ordem sobre a sindicância está em uma portaria assinada pelo comandante geral da Polícia Militar, Jorge Luongo. O encarregado pela apuração dos fatos será o coronel Antonio Roberto dos Santos Silva. Entre os trabalhos que o coronel fará, está "qualificar, inquirir, conhecer e acarear, se for o caso, os envolvidos e demais testemunhas", de acordo com a portaria.

Exoneração

Ontem, o secretário da Se-

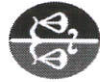
gurança Pública, Jefferson Portela, classificou o documento emitido sem o conhecimento do comando da PM como um "erro gravíssimo".

"Eu determinei a imediata exoneração dos responsáveis por essa nota. Não tem como permanecer na direção de um controle de processo eleitoral quem emite uma nota dessa", disse o secretário.

"A exoneração é de um, dois ou quantos forem. A nota contraria as regras da democracia", acrescentou Portela. De acor-

do com ele, "isso foi comunicado sem passar ao Comando Geral, o que não pode. Nós somos uma corporação que tem disciplina e hierarquia".

O comandante-geral da PM, Jorge Luongo, afirmou que o procedimento de apuração já foi instaurado: "Nós fomos pegos de surpresa com essa documentação indevida e não autorizada. É um absurdo, uma nota ilegal que não foi emanada pelo comando da instituição. De pronto, a gente repudia esse levantamento".



**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO**
Procuradoria Geral de Justiça

**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias
<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia	Outros
DATA	PÁG.
21/04	12
	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea
	<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Condutor morre carbonizado após colisão com poste durante perseguição a assaltantes

Acidente aconteceu na BR-135, próximo à entrada do Quebra Pote, na noite de quinta-feira

NELSON MELO

Em um acidente ocorrido por volta das 23h30 de quinta-feira (19), na BR-135, nas proximidades da entrada do Quebra Pote e Rio Grande, na zona rural de São Luis, morreu carbonizado Carlos Alberto Cardoso Cruz, que conduzia um carro GM Kadett GL, de placa HOT-0460. O veículo pegou fogo depois que colidiu em um poste de energia elétrica, no momento em que a vítima perseguia assaltantes, segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

O Núcleo de Comunicação Social (Nucom) da PRF comunicou que Alberto estava em um estabelecimento comercial,

comemorando o seu aniversário de 36 anos, que ocorreria nessa sexta-feira (20), acompanhado de familiares, quando um grupo de criminosos chegou ao local. Carlos, indignado por ter seus pertences levados pelos bandidos, entrou em seu carro e perseguiu os envolvidos, mas, nesse procedimento pela rodovia, perdeu o controle da direção e colidiu no poste, no km 10,7.

Por conta da forte batida no poste, o automóvel pegou fogo, resultando na morte do condutor, que ficou carbonizado. De acordo com os inspetores que estiveram na ocorrência, uma equipe do Corpo de Bombeiros Militar (CBM) conseguiu apagar o fogo, mas a vítima já estava sem vida.



Veículo pegou fogo após colisão com o poste, causando a morte do condutor

DIVULGAÇÃO/PRF

Homem morto em Imperatriz era bacharel em Direito com passagens pela polícia

DIVULGAÇÃO



O bacharel em Direito João Lucas foi morto a tiros em Imperatriz

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Civil, João Lucas Alexandre, de 40 anos – que foi executado com disparos de arma de fogo na cidade de Imperatriz, no sudoeste do Maranhão, no fim da tarde de quinta-feira (19) –, era bacharel em Direito. Ainda segundo as fontes que investigam o caso, ele já tinha passagens pela polícia por roubos de grandes proporções.

Conforme as fontes, João foi assassinado em frente a uma garagem na Rua Rio Grande do Norte, no bairro Mercadinho, por volta das 16h50. Os dois suspeitos desta morte violenta estavam em um Fiat Uno, de cor vermelha, como testemunhas repassaram à Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). O homem que estava no banco do carona teria apenas baixado o vidro do carro e, sem dizer nada, desferiu dois tiros com uma escopeta na direção de Lucas.

Após efetuar os disparos, que acertaram o tórax e o pescoço da vítima, os envolvidos fugiram pela Rua Rio Grande do Norte, sentido bairro Bacuri, e, até a edição desta matéria, não haviam sido capturados. A equipe médica do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) esteve no local e conduziu João Lucas ao hospital, mas ele não resistiu dentro da ambulância. O corpo foi levado direto para Instituto Médico Legal (IML) de Imperatriz, de acordo com o DHPP.

João Lucas tinha várias passagens pela polícia por diversos assaltos. Uma das ações criminosas comandada por ele ocorreu na BR-010, entre o Povoado Bananal e a cidade de Governador Edson Lobão, no ano de 2012, em um posto de combustível. Na ocasião, o bando do bacharel – que era filho do proprietário da Casa São Lucas – roubou R\$ 85 mil, sendo R\$ 70 mil em espécie e R\$ 15 mil em cheques. (NELSON MELO)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial Pequeno () O progresso
() Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias
() O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida
() Geral Polícia

Outros

DATA

21/104

PÁG.

120

() Gerada () Espontânea
() Positiva () Negativa

Quatro são capturados na Avenida dos Franceses em carro roubado

O Grupo Tático Móvel (GTM) do 9º Batalhão de Polícia Militar (BPM) capturou, na Avenida dos Franceses, em São Luís, Kleber Ricardo Silva Nogueira Júnior, de 18 anos; Rodson Jairo Pereira Oliveira, 24; Sidney Jorge Nunes Serra, 19, e um adolescente de 16. O grupo, abordado nessa sexta-feira (20), estava em um veículo Ford Fiesta prata, de placa OJB-8937.

O carro, segundo relatado pela tenente-coronel Edilene, comandante do 9º BPM, foi roubado momentos antes no São Cristóvão, mas foi localizado na Avenida dos Franceses, na Vila Palmeira, em frente ao Departamento Estadual de Trânsito (Detran/MA). No automóvel, os policiais militares

FOTOS/DIVULGAÇÃO/PM



Kleber, Rodson e Sidney Jorge foram presos a bordo de carro roubado

apreenderam duas armas de fogo, sendo um revólver calibre 38 (contendo duas munições intactas) e um revólver calibre 32 (sem munição).

Os suspeitos, disse Edilene, foram apresentados na Delegacia do Adolescente Infrator (DAI), juntamente com o material apreendido. (NM)

Fazendeiro e filho são baleados em tentativa de assalto após venda de gado

Joventim foi em socorro ao pai, e acabou morto após ser atingido na cabeça

Na zona rural de Vitorino Freire/MA, no povoado Boca da Mata, ocorreu a morte de um jovem de 18 anos, no início da manhã dessa sexta-feira (20), por volta das 6h, durante uma tentativa de assalto. Wesley Magalhães Silva foi baleado na cabeça após bandidos terem invadido a fazenda do pai dele, para subtrair dinheiro obtido da venda de gado no dia anterior.

A Polícia Militar da região

rapaz, provavelmente, com um revólver. Um dos disparos atingiu a cabeça de Wesley Magalhães, que, mesmo ferido, partiu para cima da dupla, assim como o pai dele, iniciando uma luta corporal. Em seguida, os assaltantes fugiram, enquanto o rapaz foi levado ao hospital, mas morreu no percurso. O fazendeiro também teria sido baleado, de acordo com declarações policiais. A Polícia Civil está investigando se alguém próximo às vítimas repassou informações sobre a venda do gado aos bandidos. (NM)

Recapturado fugitivo que matou grávida em Balsas em 2016

Guarnições do 3º Batalhão de Polícia Militar (BPM) recapturaram, na madrugada dessa sexta-feira (20), Wilton Wagner de Sousa, de 19 anos, dentro de um matagal localizado na Rua Ayrton Sena, no bairro Vila JK, município de Imperatriz, na Região Tocantina. O rapaz responde pela morte de uma mulher grávida em agosto de 2016, na cidade de Balsas/MA.

Comandante do 3º BPM, tenente-coronel Ilmar disse que Wilton foi cercado por populares, que descobriram se tratar de um fugitivo de uma das unidades da Fundação Nacional da Criança e do Adolescente (Funac). Na confusão, ele foi lesionado, com um corte profundo, na cabeça. Segundo o oficial esclareceu, o rapaz estava visivelmente sob efeito de entorpecentes. Mesmo espancado, o então fugitivo correu em direção a uma área de mata, onde foi preso pela equipe policial. Esta o levou ao Hospital Municipal de Imperatriz (HMI). Posteriormente, foi apresentado no Plantão Central de Polícia Civil. De acordo com Ilmar, Wilton havia escapado da Funac no último dia 13, juntamente com outros quatro jovens infratores. (NM)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA				
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida	Outros			
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea			
DATA	21/04	PÁG.	02	<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa
				Atos, Fatos e Notícias

Sai novo mandado de prisão contra Paulo Marinho

O juiz da 3ª Vara Cível da Comarca de Caxias, Antônio Manoel Araújo Velôzo, expediu um novo mandado de prisão, com validade de um ano, contra o ex-prefeito de Caxias, Paulo Marinho, por falta de pagamento de pensão alimentícia.

Na sentença, o juiz Antônio Manoel Velôzo, invocando os autos da ação de execução de alimentos requerida por Paula Noelly Mota da Silva Marinho, determina ainda, caso o executado efetue o pagamento do saldo devedor de R\$ 30.642,28, ou cessado o prazo da prisão civil de alimentos, deverá ser posto imediatamente em liberdade.

Em outubro do ano passado, Paulo Marinho foi preso na cidade de Caxias, devido ao não pagamento de valores referentes à pensão alimentícia de um dos filhos, Cato Felipe Corrêa Marinho. Na época, a defesa contestou a prisão e alegou que houve constrangimento ilegal, porque não teriam sido adotadas, no ato da prisão, as formalidades exigidas na lei, como apresentação do mandado de prisão.

Mas o relator do habeas corpus, no Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Ricardo Duailibe, indeferiu o pedido por entender não ter competência para revisar decisão do juiz de outra localidade. Por falta de cela adequada, ele concedeu prisão domiciliar. Ainda assim, Paulo Marinho passou uma breve temporada no Complexo Penitenciário, em Pedrinhas, na capital. Depois, a defesa dele pediu e conseguiu autorizar a transferência do ex-prefeito para a cidade de Caxias. Por ordem da Justiça, a transferência não foi feita em veículo destinado a transporte de presos comuns, como camburão, para evitar exposição desnecessária.

No entanto, ele teve de ser monitorado por tornozeleira eletrônica. Em 2005, Paulo Marinho teve a prisão efetuada em cumprimento ao mandado expedido pela 4ª Vara da Família de Brasília, pelo mesmo motivo. No mês de julho de 2017, o também ex-deputado agrediu uma equipe de reportagem da TV Sinal Verde, afiliada à TV Difusora, enquanto realizava apuração de uma denúncia num terreno de sua propriedade.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procurador Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial Pequeno () O progresso
() Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correi de Notícias
() O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política Cidades / Vida
() Geral () Polícia

Outros

DATA

21/04

PÁG.

05

() Gerada () Espontânea
() Positiva () Negativa

No Cohab-Anil...

Professores e alunos do Colégio Dr. Geraldo Melo buscam impedir superlotação das salas de aula

Barulho e calor foram algumas das alegações de docentes e discentes caso cresça o número de estudantes por turmas do ensino médio

LUCIENE VIEIRA

Na manhã dessa sexta-feira (20), os professores do Centro de Ensino Doutora Geraldo Melo, localizado na Rua 16 – do bairro Cohab-Anil, procuraram o Ministério Público para acionar o governo do Estado na Justiça, a fim de impedir a superlotação das salas de aula daquela unidade escolar. Na quinta-feira (19), a direção do colégio comunicou que o número de turmas do ensino médio sofrerá baixa; e, consequentemente, alguns alunos serão realocados. A notícia não foi bem aceita. De imediato, um protesto foi organizado, mas não aconteceu; somente as aulas foram suspensas, e uma reunião, envolvendo a diretoria, professores e estudantes, foi realizada na própria escola, ainda na manhã de ontem.

Por volta das 9h20, quando a reportagem do **Jornal Pequeno** chegou ao centro de ensino, diversos alunos já tinham acompanhado por professores, permanecendo dialogando sobre a possibilidade do remanejamento. Para a professora Daniela Viana, que dá aulas de Biologia, amoniar estudantes em menos salas teria sido uma solução apontada pela Secretaria Estadual de Educação (Seduc) para a suposta falta de professores na rede pública do estado.

"Assim que recebemos a notícia do remanejamento, dos alunos em seguida à Seduc, e lá tivemos essa resposta. Só que a delação de professores, deve ser corrigida com contratações por meio de concursos e concurso público", disse Daniela Viana, ao enfatizar a necessidade de se dar as mínimas condições para haver qualidade nos estudos, e que, para garantir, o corpo docente da escola iria recorrer ao Ministério Público. No Centro de Ensino Doutor Geraldo Melo existem nove turmas do ensino médio, sendo três salas de aula para cada ano. De acordo com a diretora geral e adjunta, Elisneth de Alencar e Letícia Monteiro, em algumas turmas há apenas 22 alunos, quando por lei seriam permitidos até 40 estudantes numa mesma



GILSON FERREIRA

Estudantes não querem superlotação nas salas de aula, possível consequência das mudanças no Centro de Ensino Dr. Geraldo Melo

sala de aula. Elisneth e Letícia contaram que a intenção é desocupar três salas de aula e destiná-las a projetos em parcerias com universidades, acadêmicos de Psicologia do Ceuma. "Já fomos procurados pelo Ceuma, e há um interesse tanto da escola quando da faculdade em trazer para a escola universitários do curso de Psicologia, que podem trabalhar com os nossos alunos, afinal, temos estudantes precisando desse atendimento", disse Letícia Monteiro.

Segundo a diretora geral Elisneth de Alencar, no lugar de três salas para cada ano do ensino médio, ficarão duas e isso com um número de aluno que não ultrapassará os 40, limite, segundo ela, tolerável. "Dentro desses espaços colocaremos aparelhos de ar condicionado, para dar mais conforto aos professores e estudantes", disse a diretora geral do Colégio Melo. O estudante Jhonata Douglas Dias Castelo Branco cursa o segundo ano do ensino médio no mesmo centro escolar. Segundo Jhonatas, não

há dúvidas que os estudantes serão prejudicados. "Na minha sala, sofremos com o calor e o barulho de três ventiladores, que são insuficientes para manter o ambiente ventilado, ocupado por 22 alunos. O calor e o barulho atrapalham a nossa concentração. E, mesmo colocando aparelhos de ar condicionado, há outros fatores que precisam ser levados em conta. É muita gente para um professor só, pedagogicamente seremos afetados de forma negativa. Será impossível fazer e ter um acompanhamento individual", opinou Jhonata Dias. No fim da manhã de ontem, Daniela Viana informou que os professores foram recebidos pela Promotoria Especializada em Defesa da Educação, que irá averiguar o caso. "A Promotoria nos solicitou um documento elaborado com as nossas demandas, e pediu que a gente retorne o mais depressa possível com esse documento em mãos, pois o órgão vai averiguar a situação", informou a professora.

OUTRO LADO

Por meio de nota, a Secretária

de Estado da Educação (Seduc) informou que "está realizando a reorganização das turmas de Ensino Médio do Centro de Ensino Dr. Geraldo Melo, que se encontram com baixo número de estudantes. E que "a medida visa atender à portaria nº 430, de 7 de março de 2017 e a Resolução nº 002/2011 do Conselho Estadual de Educação, que estabelece, para turmas de ensino médio, o limite de 40 alunos por professor".

A Seduc destacou ainda que "a medida não objetiva o desconforto do estudante ou a superlotação de turmas, mas uma readequação do quadro docente da rede estadual, visando otimizar a gestão dos recursos humanos disponíveis na rede e garantir a ampliação da oferta do atendimento educacional". Ressaltou, também, que "a ação foi amplamente dialogada com a comunidade escolar e está em conformidade com a gestão escolar, que compreende a necessidade do reordenamento e posterior realocação dos professores em outras unidades de ensino que necessiem de reforço no corpo docente".



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial (X) Pequeno () O progresso
() Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias
() O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

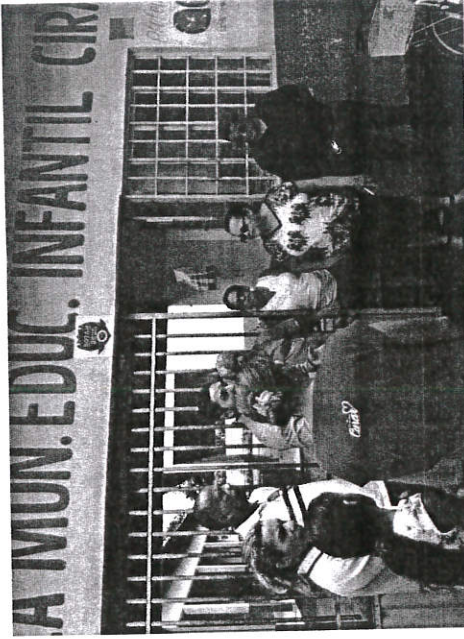
() Política () Cidades / Vida
() Geral () Polícia

Outros *Costado*

DATA *21/04* PÁG. *06* (X) Gerada () Espontânea
(X) Positiva () Negativa

Escolas municipais de Açailândia são alvo de inspeção do MPMA

DIVULGAÇÃO



Representantes do MP e do Conselho de Educação em visita a escola de Açailândia

Devido à insuficiência de professores, o que tem gerado a falta de aulas na rede municipal de ensino de Açailândia, o Ministério Público do Maranhão promoveu, no último dia 16, uma inspeção nas escolas municipais.

Coordenada pelo promotor de justiça Gleudson Malheiros, da 2ª Promotoria de Justiça de Açailândia, a inspeção teve a participação de integrantes do Conselho Municipal de Educação, do Conselho Tutelar e do Sindicato de Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Açailândia.

Foram visitadas as escolas Eduardo Pereira Duarte, Darcy Ribeiro, Antônio Nazare, Roseana Sarney e a Escola de Educação Infantil Girandinha.

O objetivo da vistoria foi verificar in loco a carência de docentes na rede municipal para encaminhar à Secretaria Municipal de Educação o pedido de reativação das convocações de novos professores, a

fim de regularizar as aulas, especialmente nas escolas mais afastadas do centro da cidade.

Segundo Gleudson Malheiros, foi constatado que as escolas estão funcionando apenas de forma parcial por ausência de professores. Algumas dessas escolas estariam com déficit de 40 dias letivos, o que prejudica o cumprimento do calendário escolar de 2018. Na mesma data da inspeção, o grupo se reuniu com a secretária municipal de Educação, Maria Luíza Oliveira, para expor a situação observada e cobrar celeridade na resolução do problema. "Ela apresentou as providências até aqui tomadas para convocação de professores excedentes do concurso e prometeu intensificar alternativas de contratação emergenciais.

de professores", relatou o promotor de justiça. Sobre a situação específica da reforma da escola Eduardo Pereira Duarte, situada no bairro Pequiiá, a secretária disse que a maior parte dos serviços será concluída

até o próximo dia 23, segunda-feira, e que as salas disponíveis após essa data entrarão em funcionamento.

CONTRATAÇÃO DOS EXCEDENTES

A contratação emergencial e temporária de professores excedentes do concurso de 2017 foi acertada em reunião, realizada no dia 2 de abril, na sede das Promotorias de Justiça de Açailândia, como medida para minimizar o problema da falta de aulas nas escolas da rede municipal de ensino.

Apresentada pela secretária de Educação de Açailândia, Maria Luíza Oliveira, a proposta teve a aprovação de integrantes do Conselho Municipal de Educação e dos promotores de justiça Gleudson Malheiros, Guimarães e Clauce Lima Malheiros.

Conforme o acordo firmado, a contratação temporária deve se estender até a concretização dos trâmites legais para a convocação e posse dos excedentes do concurso de 2017.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias
<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida	Outros <input checked="" type="checkbox"/> Estado
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea
DATA	PÁG.
21/104	06
	<input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Barreirinhas

MPMA pede a suspensão de seletivo irregular para contratação de professores

O Ministério Público do Maranhão (MPMA)ajuizou, em 16 de abril, Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra o prefeito do município de Barreirinhas, Alberício de França Ferreira Filho; e o secretário municipal de Educação, José Cicero Silva Macário Júnior. A manifestação ministerial foi proposta pelo promotor de justiça Guilherme Goulart Soares.

Como medida liminar, foi pedida a suspensão imediata de todos os contratos decorrentes do edital nº 01/2018, referente a processo seletivo simplificado para a contratação temporária de professores, para atuarem na educação infantil e no ensino fundamental da rede municipal. Em caso de descumprimento, foi sugerido o pagamento de multa diária no valor de R\$ 50 mil.

HISTÓRICO

Consta nos autos que o Município promoveu, em 2016, concurso público de provas e títulos, para o provimento de diversos cargos. O resultado final foi publicado em 28 de junho e em 30 de junho o certame foi homologado. O edital

estabeleceu prazo de validade para o concurso de, no mínimo, dois anos.

Em 2017, a prefeitura convocou todos os professores aprovados dentro do número de vagas, restando aproximadamente 250 professores classificados, conforme cadastro de reserva.

Mesmo com o prazo de validade do concurso ainda em vigor e com lista de professores classificados, a administração municipal de Barreirinhas publicou, no dia 19 de fevereiro de 2018, edital de processo simplificado para a contratação temporária de professores. O documento foi assinado pelo prefeito e pelo secretário municipal de Educação.

Na ACP, o promotor de justiça frisou que a Constituição Federal estabelece que a contratação sem concurso público somente é permitida para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, entre outros requisitos. Não preenchendo as condições necessárias, a administração pública não pode utilizar desta modalidade de contratação.

“Inventa-se todas as formas e desculpas possíveis para não nomear os aprovados. Por outro lado, multiplica-se as contratações precárias de terceiros apadrinhados, em prejuízo aos legítimos mercedores das vagas em alusão”, afirmou, na ação, Guilherme Goulart Soares.

O representante do MPMA também afirmou que o Estado brasileiro não tem dado a devida atenção para a educação de crianças e adolescentes. “Como consequência desse descaso estatal, parte de nossos jovens acabam trilhando o caminho das drogas e dos crimes. Um país sem educação é um país fadado ao fracasso”.

O promotor de justiça enfatizou, ainda, que o Maranhão ocupa o penúltimo lugar no ranking brasileiro do IDH, com índice de 0,639 enquanto a média brasileira é de 0,727.

“Uma educação de qualidade é o único caminho possível para a melhoria de vida da população maranhense. Quem permite que prefeituras nomeiem profissionais da área de educação

de forma precária, política e sem critérios técnicos em detrimento de profissionais habilitados e aprovados em concurso público, relega a segundo plano a educação dos filhos dos mais necessitados e exercem protagonismo no papel de fomentador dos alarmantes índices de qualidade de vida da população do Maranhão”, concluiu o promotor de justiça.

PEDIDOS

Na ação, o MPMA solicita a condenação dos dois gestores por ato de improbidade administrativa por terem contratado servidores de forma irregular; com as seguintes penas: ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até 100 vezes o valor da remuneração recebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de três anos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno () O progresso			
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias			
<input type="checkbox"/> O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida		Outros	
<input type="checkbox"/> Geral () Polícia			
DATA	21/04	PÁG.	06
		<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea	<input type="checkbox"/> Positiva () Negativa

Corregedoria avalia medidas de melhoria na comarca de Santa Helena

Nestas quarta (18) e quinta-feira (19), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho, acompanhado da juíza auxiliar Kariny Reis e equipe de servidores, estiveram realizando visita estratégica para avaliar a situação da comarca de Santa Helena, com o objetivo de elaborar plano de ações que contribuam com o aumento da celeridade e redução do acervo de processos judiciais na comarca.

Santa Helena é a quinta comarca a receber as ações do Programa de Enfrentamento à Taxa de Congestionamento Processual (PETCP), da Corregedoria Geral da Justiça. O Programa objetiva identificar, nas comarcas com maiores dificuldades do Estado, os principais problemas que impactam na taxa de congestionamento, avaliando medidas imediatas e a médio prazo que possam agilizar o funcionamento e oferecer respostas mais rápidas aos processos.

Atualmente, tramitam na comarca de Santa Helena cerca de 10700 processos, registrando um crescimento de mais de sete mil ações nos últimos dez anos e uma demanda média de 145 novas ações ao mês. A comarca também atende ao termo judiciário de Turiilândia e, juntos, os dois municípios têm uma população estimada em 67,5 mil habitantes. A comarca é de entrância intermediária, porém a segunda vara ainda não foi instalada.

Durante a visita, o corregedor-geral reuniu-se e conversou com a juíza titular, Cynara Elisa Gama Freire, com os servidores do fórum e com o defensor público da comarca, Pablo Diógenes Furtado, ressaltando a boa organização dos processos, padronização dos procedimentos e a adequada estrutura física da unidade, que já prevê a instalação da segunda vara.

A pedido da magistrada, o desembargador solicitou ao corregedor-geral do Ministério Público, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, a designação de um promotor de Justiça para atuar exclusivamente em Santa Helena, tendo em vista a alta demanda de audiências em processos criminais e outras que precisam da atuação do MP. O corregedor do MPMA informou que um promotor será designado nos próximos dias.

A juíza Cynara Elisa Gama ressaltou o comprometimento dos servidores e equipamentos e lógica, afirmando porém que a alta demanda processual - que inclui ações trabalhistas e previdências - e o crescimento do acervo apontam a necessidade de instalação da 2ª Vara. Em 2017, a juíza proferiu 1242 sentenças e realizou 1418 audiências.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procurador Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso
() Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correo de Notícias
() O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida
() Geral () Polícia

Outros

DATA

21/02/2014

PÁG.

03

Gerada () Espontânea
 Positiva () Negativa

Escolas municipais de Açailândia são alvo de inspeção

Sindicato e conselhos de Educação e Tutelar acompanharam atividades realizadas pelo MPMA

Devido à insuficiência de professores, o que tem gerado a falta de aulas na rede municipal de ensino de Açailândia, o Ministério Público do Maranhão realizou, no dia 16, uma inspeção nas escolas municipais.

Coordenada pelo promotor de Justiça Gleudson Malheiros, da 2ª Promotoria de Justiça de Açailândia, a inspeção teve a participação de integrantes do Conselho Municipal de Educação, do Conselho Tutelar e do Sindicato de Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Açailândia. Foram visitadas as escolas Eduarda Pereira Duarte, Darcy Ribeiro, Antônio Oliveira Campos, Jesus de Nazaré, Roseana Sarney e a Escola de Educação Infantil Cirandinha.

O objetivo da vistoria foi verificar in loco a carência de docentes na rede municipal para encaminhar à Secretaria Municipal de Educação o pedido de efetivação das convocações de novos professores, a fim de regularizar as aulas, especialmente nas escolas mais afastadas do centro da cidade.

Segundo Gleudson Malheiros, foi constatado que as escolas estão funcionando apenas de forma parcial por ausência de professores. Algumas dessas escolas estariam com déficit

SAIBA MAIS

A contratação emergencial e temporária de professores excedentes do concurso de 2017 foi acertada em reunião, realizada no dia 2 de abril, na sede das Promotorias de Justiça de Açailândia, como medida para minimizar o problema da falta de aulas nas escolas da rede municipal de ensino do município.

de 40 dias letivos, o que prejudica o cumprimento do calendário escolar de 2018.

Na mesma data da inspeção, o grupo se reuniu com a secretária municipal de Educação, Maria Luíza Oliveira, para expor a situação observada e cobrar celeridade na resolução do problema. Sobre a situação específica da reforma da escola Eduardo Pereira Duarte, situada no bairro Pequiá, a secretária disse que a maior parte dos serviços será concluída até o dia 23, e que as salas disponíveis após essa data entrarão em funcionamento. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso
() Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correo de Notícias
() O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

Política () Cidades / Vida
() Geral () Polícia

Outros

DATA

21/02/2018

PÁG.

03

() Gerada () Espontânea
() Positiva () Negativa

Procuradoria investigará ordem para “cadastro”

CARLA LIMA

Subeditora de Política

A Procuradoria Regional Eleitoral (PRE) do Maranhão – órgão do Ministério Público Federal (MPF) com atuação nas eleições – instaurou Procedimento Preparatório Eleitoral para apurar procedimento do Comando do Policiamento Interior da Polícia Militar (PM) do Maranhão que determina, por meio de Circular Nº 098/2018 – CPI de 06/04/2018, que as unidades subordinadas devem lhe informar as lideranças políticas que fazem oposição ao governo local ou ao governo do estado, em cada cidade, que podem causar embaraços no pleito eleitoral e que mantenham seu banco de dados atualizado e efetivo, informando a cidade que o policial atua.

De acordo com o procurador Regional Eleitoral, Pedro Henrique Castelo Branco, “o memorando não esclarece ou motiva de forma idônea as razões da necessidade do ‘levantamento eleitoral’ solicitado e não observa direitos fundamentais presentes na Constituição da República Federativa do Brasil, que garantem a liberdade de manifestação e de expressão, bem como o livre exercício da convicção política”, afirmou.

Segundo a Lei Complementar nº 64/1990, o uso desviado ou indevido de poder conferido a agente público, no exercício de função ou cargo de Administração Pública, em favor de candidato ou partido político, configura abuso de autoridade.

Ainda de acordo com a legislação eleitoral, podem sofrer a sanção de cassação do registro ou diploma tanto os responsáveis pela conduta ilícita, como também os candidatos meramente beneficiários.

Diante disso, com o propósito de esclarecer os fatos, bem como de eventualmente diminuir ou cessar atividades ilícitas eleitorais, o procurador instaurou o procedimento. Para tanto, requisitou do Comandante-Geral da PMMA que se manifeste, no prazo de 10 dias úteis, e encaminhe cópia integral dos procedimentos administrativos que tenham relação com o Mem. Circular n. 08/2018 – Sec. Adm CPAI/2, em especial o Mem. Circular Nº 098/2018 – CPI de 06/04/2018, que trata do “levantamento eleitoral”. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso
() Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correo de Noticias
() O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

Política () Cidades / Vida
() Geral () Polícia

Outros

DATA

21/02/2018

PÁG.

03

() Gerada () Espontânea
() Positiva () Negativa

Novo documento confirma que ordem para “fichar” adversários partiu de São Luís

Memorando expedido no dia 6 de abril pelo Comando de Policiamento do Interior, localizado na capital, chegou aos comandos de área em todo o estado

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

Enquanto se defendia da acusação de que um memorando expedido em Barra do Corda ordenava a espionagem de adversários políticos, o governo Flávio Dino (PCdoB) viu-se surpreendido por uma nova informação.

O documento, que leva a assinatura do coronel Antônio Markus da Silva Lima (Memorando Circular nº 08/2018), de 19 de abril, na verdade era o cumprimento de uma ordem exarçada pelo Comando de Policiamento do Interior (CPI), sediado em São Luís, no dia 6 de abril.

Naquela data, o tenente-coronel Emerson Farias Costra, então respondendo pelo CPI, disparou a ordem para o “levantamento eleitoral” aos comandantes das áreas de 1 a 8,



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
COMANDO DO POLICAMENTO DO INTERIOR
Avenida Jerônimo de Albuquerque s/n, Bairro Collinas - São Luís - MA
E-mail: sp@pmm.ma.gov.br



PROVA DO CRIME

São Luís, MA, 06 de abril de 2018.

Meu Círc nº 098/2018-Seq-Adm/CPI

Do Cel QOPM Comandante do CPI
Aos Comandantes dos CPAs 1 a 8.
Assunto: Solicitação.
Asser: Quadro Demonstrativo (Levantamento Eleitoral).

Señor Comandante,

Encaminho a Vossa Senhoria, o documento anexo, que versa sobre levantamento de dados eleitorais e demais informações complementares.

Em consequência, este comando solicita desde CPA, para divulgar as unidades subordinadas, a fim de que aquelas possam proceder a tal levantamento encaminhar a este CPI, até as 12h00min do dia 19/04/2018 (terça-feira), os dados número e nominal organizados, de acordo com o quadro demonstrativo anexo.

Cordialmente,

Ofício com ordem inicial era claro sobre “cadastro”

em todo o estado.

“Este comando solicita desse CPA, para divulgar às unidades subordinadas, a fim de que aquelas possam proceder a tal levantamento e encaminhar a este CPI”, diz o comunicado.

Dentre as orientações, além da coleta de dados de juizes eleitorais e promotores, por exemplo, o cadastro de opositores.

“Os Comandantes de Área (sic) deverão informar as lideranças que

Cel QOPM Zuzaimo Paulino da Silva Neto
Comandante do CPI

Por Deleção
Ten Cel QOPM Emerson Farias Costra
Chefe de EM do CPI

SOLICITAÇÃO/COMPANHAMENTO	
1	Nome do Comandante do CPA
2	Nome do Comandante do CPA
3	Nome do Comandante do CPA
4	Nome do Comandante do CPA
5	Nome do Comandante do CPA
6	Nome do Comandante do CPA
7	Nome do Comandante do CPA
8	Nome do Comandante do CPA
9	Nome do Comandante do CPA
10	Nome do Comandante do CPA

fazem oposição ao Governo local (ex-prefeito, ex-deputado, ex-vereador) ou ao Governo do Estado, que podem causar embargos ao pleito”, do Corda.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso
() Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias
() O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

DATA	21/02/04	PÁG. 03	<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida	Outros
			() Geral () Polícia	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Oposição repudia uso da PM em espionagem

Partidos não alinhados ao Governo do Maranhão reagiram com preocupação à notícia de que a Polícia Militar seria usada para "fichar" políticos de oposição

O caso foi revelado com exclusividade por O Estado, a partir da divulgação de um memorando distribuído pela Comando de Polícia-mento de Área (CPA) de Barra do Corda. O documento determinava o levantamento de informações detalhadas sobre os "alvos".

O Partido Republicano Progressista (PRP) foi um dos primeiros a se posicionar. Presidida pelo ex-deputado e Ricardo Murad, a sigla diz que o ato do governo viola "todo e qualquer direito fundamental" ao colocar a PM a serviço de interesses políticos.

"À margem da lei, num claro abuso de poder, violando todo e qualquer direito fundamental, o governador Flávio Dino, culminando o seu desespero, tenta colocar a Polícia Militar do nosso estado a serviço dos seus interesses políticos e pessoais, tentando impedir a oposição e seus dirigentes. Ao melhor estilo nazi, numa fúria persecutória e reveladora das suas intenções antidemocráticas, Flávio Dino pretende criar a sua própria Gestapo e, abusando da sua autoridade enquanto governador, se



Governador Flávio Dino e secretário Jefferson Portela negaram ordem

manter no poder a qualquer custo", diz o texto.

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) condenou o uso da máquina pública para fins de perseguição. "É inadmissível o uso eleitoireiro do aparato público para perseguir e/ou coagir opositores políticos no pleito que se aproxima. Tal medida representa um atentado frontal ao direito de escolha, ao direito de opinião e, principalmente, à democracia".

"Para o Partido Verde (PV), presidido pelo deputado estadual Adriano Sarney, o caso é grave e merece atenção do Ministério

governo não tente punir boões ex-piatórios como forma de eximir-se de culpa pelo ocorrido.

"O PSDB estará também vigilante para que os verdadeiros responsáveis venham a ser punidos, e não sejam acobertados por transferências de responsabilidade que ao final atinjam apenas os elos mais fracos dessa sórdida manobra", diz a nota, assinada pelo senador Roberto Rocha.

Cláudio Trinchão Santos, presidente do Partido Social Democrático (PSD), afirma que "é inadmissível o uso eleitoireiro do aparato público para perseguir e/ou coagir opositores políticos no pleito eleitoral que se aproxima. Tal medida representa um atentado frontal ao direito de escolha, ao direito de opinião e, principalmente, à democracia".

O deputado Eduardo Braide, presidente do Partido da Mobilização Nacional (PMN), disse que o partido "repudia a forma truculenta com que o governo Flávio Dino tenta intimidar seus opositores políticos".

"O PMN acredita que é preciso dar um basta a essa perseguição que beira a insanidade", completa.

Público, que será acionado pela legenda.

"Trata-se de uma perseguição sem precedentes no Brasil, desde a retomada da democracia. O partido informa que vai representar junto ao Ministério Público, à Justiça Federal e também a o Superior Tribunal de Justiça, para que esse caso seja devidamente investigado a fim de que não se deixe nenhum vestígio de impunidade", afirma.

Bode expiatório

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi além: declarou que estará vigilante para que o



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso	
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> O 4º poder () Internet / Blog	
EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida	Outros
<input type="checkbox"/> Geral () Polícia	
DATA 21/02/04	PAG. 03
	() Gerada () Espontânea
	() Positiva () Negativa

Governador diz que não ordenou espionagem

O governador Flávio Dino (PCdoB) negou, por meio de postagem nas redes sociais, que tenha ordenado a emissão de um memorando determinando o cadastro de líderes políticos de oposição ao seu governo. Segundo ele – que atribuiu o fato

a condutas isoladas de um coronel lotado em Barra do Corda –, a cúpula da Segurança Pública estadual não tem qualquer envolvimento com o caso.

“Absurdo imaginar que um papel assinado por um oficial da PM possa

ter a minha orientação, apoio ou concordância. Ao tomar conhecimento, mandei demitir o autor do papel disparatado. Mandei também apurar por que esse oficial da PM assinou aquele papel absurdo. Ele irá responder a processo disciplinar para esclarecer os fatos”, declarou.

O governador não comentou, contudo o memorando expedido a partir de São Luís, e que deu base para o ato exarado do comando de Barra do Corda.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso	
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correo de Notícias	
<input type="checkbox"/> O 4º poder () Internet / Blog	
EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida	Outros
() Geral () Polícia	<i>Estado maior</i>
DATA	PÁG.
<i>21/02/04</i>	<i>03</i>
	() Gerada () Espontânea
	() Positiva () Negativa

Geheime Staatspolizei

Alguns conhecem o termo acima, em alemão, por um nome mais simples: Gestapo.

Era a polícia secreta do líder alemão Adolf Hitler (Polícia Secreta do Estado, em tradução livre), organização nazista que investigava e prendia – muitas vezes sob tortura – opositores do regime.

Curiosamente, cometia atrocidades com base no Decreto do Presidente do Reich para a Proteção do povo e do Estado. O povo, como se sabe, não tinha nada com isso.

O Maranhão acordou ontem sacudido pela notícia de que – não fosse a revelação da imprensa, notadamente de O Estado –, o governo Flávio Dino (PCdoB) pode ter tentado implantar algo parecido.

A distribuição de um memorando pelo Comando da PM em Barra do Corda era

claro: os militares da região deveriam identificar e cadastrar lideranças políticas que fazem oposição ao regime comunista maranhense. Todos potenciais causadores de “embaraço ao pleito eleitoral”.

A ordem específica – de “fichar” apenas opositores – evidência o caráter eleitoral do uso da estrutura da PM contra adversários.

Foi uma desastrada tentativa de criação da Geheime Staatspolizei do Maranhão. Felizmente abortada no nascedouro pela divulgação do caso.

Repercussão

Ganhou rápida repercussão nacional a notícia sobre a espionagem do governo Flávio Dino contra opositores no Maranhão. Jornalistas e veículos de todo o país assustaram-se com a postura da PM local, sendo usada para perseguir adversários políticos.

E ninguém parece ter engolido o argumento do Palácio dos Leões de que não houve comando superior para a ordem.

Só nazista

O jornalista Leudo Costa, do Rio Grande do Sul, foi duro ao criticar a espionagem do governo Flávio Dino.

Segundo ele, “só o governo nazista fez isso”. “Isso é de uma gravidade sem precedentes”, declarou, em vídeo compartilhado nas redes sociais.

O gaúcho comparou a prática dos comunistas maranhenses com a dos militares após o golpe de 1964. “Nem os presidente militares fizeram isso”, completou.

Alarme

O vice-presidente da OAB-MA, Pedro Augusto Alencar, mostrou preocupação com o caso de espionagem.

Em entrevista à TV Mirante, ele declarou que a revelação liga um sinal de alerta na sociedade maranhense.

– [A revelação do caso serviu para] ligar um alarme, para que se busque a punição de todos os envolvidos – disse.

Gaguejou

O secretário de Estado da Saúde, Carlos Lula, tentou explicar, em entrevista à TV Mirante, por que pediu o fim das investigações da PF contra ele.

Disse que não teme nada em sua vida, nem no passado, nem no futuro, e que não deve explicações à Justiça.

– Quem deve explicações não sou eu, mas a Polícia Federal – argumentou, ao criticar o inquérito em que se apura se ele participou de fraude a licitação na UPA de Chapadinha.

Tropeço

Na entrevista à TV Mirante, Carlos Lula tropeçou – assim como já havia feito sua defesa – sobre o suposto arquivamento de um inquérito contra ele.

Disse ele – assim como os defensores, em um dos habeas corpus – que a desembargadora Mônica Sifuentes, do TRF-1, já havia arquivado o feito. Não é verdade.

“O IPL 0606/2017 SR/DPF/MA não foi por mim arquivado, mas tão somente determinei o arquivamento da Petição Criminal 0036712-28.2017.4.01.0000/MA”, decidiu Sifuentes no processo.

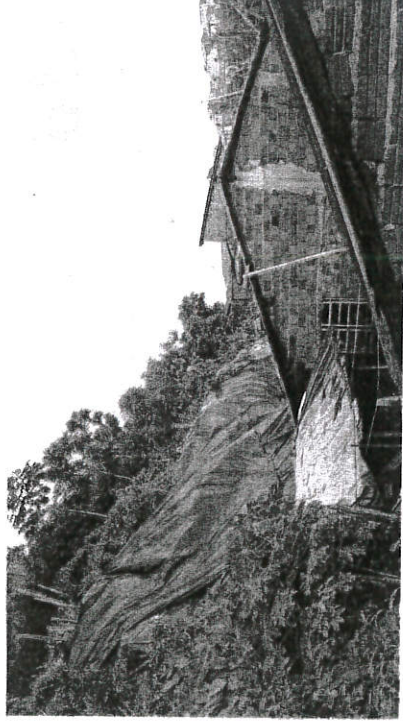


MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

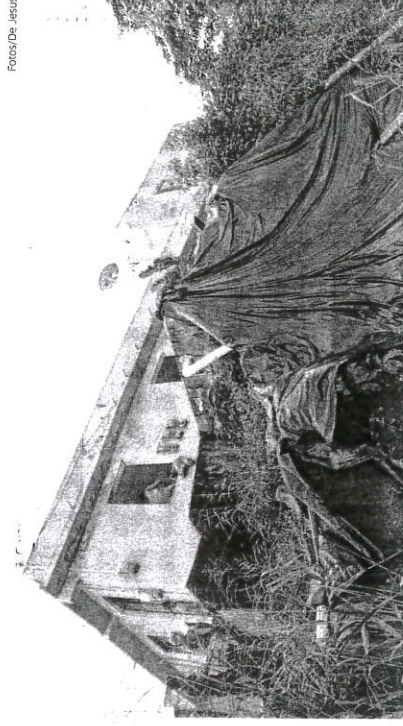
VEÍCULO	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso	
() Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correo de Notícias	
() O 4º poder () Internet / Blog	
EDITORIA	
() Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida	Outros
() Geral () Policia	<input checked="" type="checkbox"/> cont.
DATA 21/02/104	PAG. 02
	() Gerada () Espontânea
	() Positiva () Negativa

Apesar de alerta da Defesa Civil, moradores ficam em áreas de risco

Famílias ouvidas por O Estado, e que estão com imóveis sob ameaça de deslizamento de terra, não querem sair dos imóveis por falta de condições financeiras e, com isso, têm de aprender a conviver com o medo



Casa de Jacenilde fica a poucos metros de paredão de terra e, na parte de cima, há imóvel que pode desabar



FOTOS/DE JESUS

Maria do Socorro Araújo se preocupa porque sua casa está localizada ao lado de barreira, na Vila Dom Luis



**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO**
Procuradoria Geral de Justiça

**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO

O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso
() Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correo de Noticias
() O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política Cidades / Vida
() Geral () Polícia

2

Outros

() Gerada () Espontânea
() Positiva () Negativa

DATA

21 e 22/04

PÁG.

02

THIAGO BASTOS
Da equipe de O Estado

A pesar dos avisos dados *in loco* pela Defesa Civil Municipal, que apontam riscos de deslizamento de terra em várias partes de São Luís, moradores dessas localidades se recusam a deixar os imóveis, alegando falta de condições financeiras. O drama de algumas famílias sensibilizou responsáveis pelas campanhas nas redes sociais em prol dessas pessoas.

A situação mais grave registrada por O Estado em relação a riscos de desmoronamento de terra é na Vila Dom Luís, localidade da área Itaquí-Bacanga, em São Luís. Segundo dados da Defesa Civil, o bairro é um dos que apresenta registro de áreas de risco e, recentemente, técnicos do órgão estiveram em alguns dos imóveis para isolá-los das barreiras. O isolamento foi feito com sacos plásticos que, de acordo com a Defesa Civil, podem conter a erosão de terra agravada pelo excesso de chuvas, que deixa o terreno frágil e mole.

Mesmo com o trabalho da Defesa Civil, famílias vizinhas das barreiras contaram parte de seus dramas. As pessoas convivem com o medo e ameaça de vida constante.

Uma delas é Maria do Socorro Araújo, que reside na Rua da Mangueira, na Vila Dom Luís, há mais de 30 anos. Ela conta com trizeis sacos plásticos que, que está próxima a uma barreira. "Eu nunca li tanto medo de morar aqui como estou agora", disse. Ela, que vive no imóvel com outras sete pessoas – sendo duas crianças –, disse que está sem opção de moradia, caso tenha de sair da residência. "A gente vive com dificuldades e não tem para onde ir", afirmou.

O aposentado Antônio Ribamar Pereira, cuja casa está fixada na Vila Dom Luís, também lamentou a situação. "Todo período de inverno (chuvas) é assim. A gente não sossega enquanto não acaba essa chuva", disse.

Mas a situação mais dramática na Vila Dom Luís está na residência

“Das duas, uma. Ou a gente

deveria ter uma proteção melhor aqui ou deveria se mudar para um outro imóvel mantido pela Prefeitura [de São Luís]”

JACENILDE GARCIA,
donna casa e moradora da Vila Dom Luís

SAIBA MAIS

Localidades com riscos de deslizamentos:

Vila Nova Prainha
Sol Nascente Bonfim
São Francisco Ponta d'Areia São Marcos Calhau
Olho d'Água

Fonte: Serviço Geológico do Brasil (CPRM)

de Jacenilde Garcia, dona de casa. Ela mora com os pais em uma casa no bairro há 20 anos, e que está fixada a poucos metros de uma gran-de parede de terra. Na parte de cima da parede, há um imóvel que ameaça, com a chuva, vir abaixo. "Não dá para ter tranquilidade morando aqui", disse.

Ela confirmou que a Defesa Civil esteve, há alguns dias, em sua casa para colocar sacos plásticos na parede de terra para conter a erosão. Mesmo com a medida, a dona de casa não considera o problema resolvido. "Das duas, uma. Ou a gente deveria ter uma proteção melhor aqui ou deveria se mudar para um outro imóvel mantido pela Prefeitura (de São Luís)", afirmou.

Na Vila Embretel, também na área Itaquí-Bacanga, outras casas também estão sob o risco de des-

FIQUE ATENTO

Ajudia para o interior
A Cruz Vermelha, em parceria com outras entidades, auxilia no envio de donativos (entre roupas e alimentos) para os desabrigados do interior do estado, em virtude de fortes chuvas. De acordo com o órgão, até sexta-feira (20), foram recolhidas quase quatro toneladas de mantimentos, que deverão ser levadas às famílias a partir da próxima semana. Segundo a assessoria da Cruz Vermelha, o primeiro município beneficiado será Marajá do Sena, um dos mais atingidos pelas precipitações.

Localidades com riscos

Levantamento feito pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) – empresa pública vinculada ao ministério das Minas e Energia – apontou que o Maranhão apresenta atualmente 245 áreas de risco de deslizamentos de terra, segundo a entidade, existem áreas sujeitas a deslizamentos nos seguintes locais: Vila Nova, Prainha, Sol Nascente, Bonfim, São Francisco, Ponta d'Areia, São Marcos, Calhau e Olho d'Água.

Telefones

Outras informações acerca de áreas de risco ou para chamado de equipes, basta ligar para os seguintes números da Defesa Civil Municipal: 3212-8473 ou 153

ve na rua São Raimundo, na Vila Lobão. Um trecho da via está parcialmente cortado e ameaça cair exatamente na rua situada mais abaixo. ●





**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO**
Procuradoria Geral de Justiça

**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO

- O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso
 Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias
 O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

- () Política () Cidades / Vida
 () Geral Polícia

Outros

DATA 22/02/04 PÁG. 06 () Gerada () Espontânea
 () Positiva () Negativa

Rota do tráfico está mapeada no Maranhão, afirma Senarc

Órgão garante que rota do tráfico no estado está mapeada e as operações se concentram no sul (maconha vinda da região Centro-Oeste) e no norte (cocaína e crack procedentes de países como Bolívia, Paraguai e Uruguai)

ISMARAUJO
Da editoria de Polícia

A maioria dos entorpecentes comercializados no Maranhão é oriunda da região Centro-Oeste, da Baixada Maranhense e de países como Paraguai, Uruguai e Bolívia, segundo dados da Superintendência Estadual de Repressão ao Narcotráfico (Senarc). Só este ano, a polícia já apreendeu cerca de meia tonelada de droga, entre maconha, crack e cocaína, em operações no estado, principalmente na Região Metropolitana de São Luís. Ano passado, foram retiradas de circulação mais de sete toneladas. Ainda segundo a polícia, os traficantes, ultimamente, estão montando suas bases na zona rural das cidades de Raposa, São José de Ribamar e Paço do Lumiar.

"A Senarc já conseguiu mapear o caminho dos traficantes de drogas do estado", afirmou o delegado Carlos Alessandro de Assis, superintendente da Senarc. Ele garante que a maior parte da maconha consumida no Maranhão vem dos estados da região Centro-Oeste, principalmente do Mato Grosso e Goiás. Essa droga entra no Maranhão pelo sul e os portões de entrada estão em Porto Franco, Estreito e Imperatriz. O delegado explicou que o entorpecente, após passar por es-



Na última apreensão de maconha em São Luís, foram 200 kg que chegaram de Goiás em ônibus interestadual

Outras rotas
Carlos Alessandro declarou ainda que a maconha vendida na ilha também vem da Baixada Maranhense e das cidades de Santa Helena e Pinheiro estão na mira das equipes da Senarc. Muitas incursões estão sendo realizadas nessas localidades, que têm resultado em apreensões.

Ainda segundo o delegado, a maior parte da cocaína e do crack vendidos em terras maranhenses é procedente da Bolívia, Paraguai, Uruguai e da Região Amazônica. A droga entra pelo Brasil pela Amazônia, passando por cidades paraenses até chegar a Maranhão pelos municípios de Zé Doca e Santa Inês, de onde é distribuída para ou-

tras cidades maranhenses. No último dia 12, a polícia apreendeu 8 kg de cocaína, avaliados em torno de R\$ 400,00 no bairro do Barreto, Sousa Filho, o *Carra de Pulga*, de 34 anos, que foi preso em Ilgarante. Na quarta-feira, 18, foram presos na ilha os empresários Marcus Vinicius da Luz Moraes e Hony Carlos Mendonça de Oliveira. Renato José Sá da Silva e Adalton Luis Nunes de Oliveira, com mais de 1 kg de cocaína.

O delegado informou que os traficantes utilizam até mesmo menores de idade nas ações criminosas. Na quinta-feira, 19, foi presa Ricárdina Pamela Costa Silva, de 18 anos, na cidade de Timon, em companhia de

ENTENDA

Rotas do tráfico no estado

Região Centro-Oeste: a maior parte da maconha consumida no Maranhão é procedente do Goiás e Mato Grosso
Território Internacional: cocaína e crack são procedentes do Paraguai, Uruguai e Bolívia

Região Amazônica: A droga, antes de entrar no Maranhão, passa pelos estados do Amazonas e do Pará
Baixada Maranhense: o entorpecente consumido na ilha é oriundo das cidades maranhenses de Santa Helena, Pinheiro e antes de chegar a São Luís passa por Itapecuru-Mirim

um adolescente, de 17 anos. Com eles, a polícia apreendeu várias trouxinhas de crack prontas para a venda.

O delegado Valdenor Viegas declarou que, devido às incursões da Senarc na capital, no combate ao tráfico de drogas, os traficantes acabaram migrando para São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. Eles estão montando as bases na zona rural dessas cidades. Mesmo assim, ainda há focos de bocas de fumo no Centro, Cohatrac, Cohaserma, Barreto, entre outros bairros.

Em setembro do ano passado, a Senarc apreendeu 3,5 toneladas de maconha no Mirineta, em São José de Ribamar, avaliada em torno de R\$ 5 milhões. Quatro traficantes foram presos, identificados como Denilson Castro dos Santos, de 30 anos, natural de São Luís; Pablo Her-

mandes Ferreira, de 33 anos, da cidade paraense de Marabá; Walt Rafael Sousa de Araújo, de 33 anos, natural de Teresina, e Rodrigo Alves de Oliveira, de 32 anos, da cidade tocaninense de Porto Nacional.

A polícia apreendeu, também, uma tonelada de maconha em uma residência no Novo Horizonte, em Paço do Lumiar, no dia 25 de novembro do ano passado. No local, foram presos Hermerson Fabiano Correia Moreira, 28 anos, e Nilton Correia Oliveira, de 31 anos.

Segundo o delegado, em dezembro de Hermerson Fabiano Correia Moreira havia dois mandados de prisão preventiva por homicídio. Além disso, tanto Hermerson quanto Nilton Correia Oliveira são integrantes de uma facção criminosa que atua na região do Coroadinho e Bom Jesus, na capital. ●



**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO**
Procuradoria Geral de Justiça

**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO

O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso
() Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias
() O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida
() Geral Polícia

Outros

DATA

21/02/104

PAG.

06

() Gerada () Espontânea
() Positiva () Negativa

Povo da aldeia Akroá Gamella se diz ameaçado

Denúncia foi feita na sexta-feira, 20, por representantes do Cimi e da CPT, que impetraram pedido de segurança ao Ministério Público Federal em SL



Divulgação

Antes de completar um ano do ataque ao povo indígena Akroá Gamella, que ocorreu no dia 30 de abril do ano passado, na zona rural de Viana, resultando em 23 feridos, os indígenas dizem ainda continuar sofrendo ameaças. Inclusive, existe a ameaça de eles serem atacados durante a festa do Bilibei. Este evento tradicional está ocorrendo desde o último dia 19 e vai se estender até domingo, 22. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), nos últimos 32 anos 157 pessoas foram assassinadas no Maranhão em conflitos no campo, o que coloca o estado em segundo no ranking nacional, atrás apenas do Pará. Somente no ano passado, foram cinco mortes e entre as vítimas estão indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Essas informações foram apresentadas durante coletiva ocorrida nesta sexta-feira, na sede da CPT, na Rua do Sol, no Centro, com a presença da assessora jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Vivian Vazzi; e representantes do CPT, o advogado Rafael Silva; Antônio Gomes de Moraes e Lenora Silva.

Vivian Vazzi declarou que os Akroá Gamella estão sofrendo um "racismo institucional", por ser considerado um povo atrasado e contra o desenvolvimento local. Ela disse ainda que ocorreram boatos na fazenda Maranhense de que essa comunidade indígena realizaria ataques no interior neste fim de semana, mas, na verdade, o que está acontecendo é a festa do Bilibei. "Esse evento é uma festa anual desse povo e ocorre há décadas com a realização de vários rituais", explicou a assessora jurídica do Cimi.

Para Rafael Silva, essa foi uma desculpa encontrada pelos "brancos" para realizar um ataque a esse povo indígena, possivelmente durante o Bilibei. Ele declarou que na sexta-feira, 20, os representantes do Cimi e da CPT impetraram um pedido de segurança para esse povo

no Ministério Público Federal (MPF) do Maranhão. Lenora Silva disse que o povo Akroá Gamella, no momento, é composto por 250 famílias e vive na zona rural de Viana. Os adolescentes, para estudarem, são obrigados a sair da comunidade e ainda são ameaçados de mortes. Elas também são ameaçadas de atropelamento por veículos conduzidos por "brancos". Lenora Silva declarou, ainda, que as vítimas do ataque ocorrido ano passado, inclusive, aquelas que tiveram

Índios realizam a festa anual do Bilibei

ram membros decepcionados, até o momento não receberam nenhum tipo de benefício por parte do poder público estadual ou federal e atualmente vivem de ajuda de vizinhos ou parentes.

Assassinatos

De acordo com as informações da Comissão Pastoral da Terra, 157 pessoas foram assassinadas nas últimas três décadas no estado em conflitos no campo. Apenas em cinco casos os acusados foram julgados. No ano passado, ocorreram

A polícia solicitou na sexta-feira, 20,

ao Poder Judiciário, a prisão preventiva de Jactane da Silva, de 21 anos, que é suspeita da morte do próprio filho, um recém-nascido do sexo masculino. O corpo da vítima foi encontrado na quarta-feira, 18, em um lixão, na área do centro da cidade de Araioles. Este é o quarto caso envolvendo abandono e morte de criança no Maranhão este ano.

O caso está sendo investigado pela delegacia de Polícia Civil do município. O delegado Rafael Reis informou que acusada já confessou o crime. Ela tem dois filhos, de 3 e outro de 1 ano, e no momento está desempregada.

A mulher declarou na polícia que escolheu a gravidez dos familiares. Ao delegado, ela declarou que a criança havia nascido morta, mas caso comprovado, por meio de exames periciais, que ela foi assassinada

Outros casos

No dia 18 de março deste ano, foi presa em flagrante Karla Regina Mendes Pereira, de 23 anos, acusada de ter jogado o filho de 7 meses da Ponte José-Sarney, no São Francisco. Em depoimento, a detida afirmou que sofria de transtorno mental e fazia uso de remédios controlados. A criança foi levada para o Hospital Socorrão I, no Centro.

Também em fevereiro deste ano ocorreram dois casos envolvendo recém-nascido, um deles no dia 26. Populares encontraram o recém-nascido, do sexo masculino, em um terreno baldio na cidade de Vagem Grande.

O outro caso ocorreu no dia 23, no município de São Bernardo. Mortos foram encontrados o corpo do recém-nascido em via pública e levaram para o hospital da cidade. O delegado Elpidio de Sousa disse que a polícia fez buscas na região, mas não identificou a mãe.

Polícia pede prisão de mulher que matou o filho em Araioles

Motorista morre na BR-135 quando perseguiu ladrões

Vítima saiu de uma festa em busca de assaltantes, mas seu carro colidiu com um poste e pegou fogo



Divulgação

Uma tragédia ocorreu no fim da noite de quinta-feira, 19, na entrada do Rio Grande e do Quebra-Ponte. Segundo informações da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Carlos Alberto Cardoso Cruz, de 36 anos, saiu da festa do seu aniversário para perseguir assaltantes na BR-135, mas acabou morrendo carbonizado ao colidir o seu veículo Chevrolet, de placas HO7-0460, com um poste de energia elétrica. Dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP) revelam que seis pessoas já morreram em acidentes de trânsito este mês na Ilha.

Segundo a assessoria de comunicação da PRF, a vítima estava comemorando o seu aniversário com amigos e familiares em um estabelecimento comercial na zona rural da capital, quando foi assaltado por dois criminosos que portavam armas de fogo.

Os bandidos fugiram em um veículo não identificado pela BR-135. Carlos Alberto decidiu, então, sair em perseguição aos criminosos em seu veículo e na entrada do Rio Grande e do Quebra-Ponte perdeu o controle do carro, que saiu da via, colidiu com o poste de energia elétrica e pegou fogo. A vítima morreu carbonizada.

A PRF informou que após o fogo ser debelado, foi observado um corte profundo no crânio da vítima, possivelmente provocado pelo acidente. Uma equipe do Corpo de Bombeiros ainda esteve no local e o corpo de Carlos Alberto foi removido para o Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga para ser periciado e no período da manhã da sexta-feira, 20, foi liberado para os familiares.

Mais morte

Na manhã da sexta-feira, 20, foi assassinado a tiros Wesley Magalhães

Veículo tomado pelo fogo, que causou a morte de seu condutor

Silva, de 18 anos, no povoado Boca da Mata, zona rural de Vitorino Freire. De acordo com as informações da polícia, dois bandidos pretendiam roubar o dinheiro da venda de um gado que pertencia a vítima, mas ao abordarem a vítima e o seu pai, nome não revelado, perguntaram pelo dinheiro do gado.

As vítimas reagiram ao assalto e acabaram entrando em luta corporal com os assaltantes e durante a luta, Wesley Silva levou um tiro na cabeça e morreu a caminho do Hospital Laura Vasconcelos, em Bacabal.

Os criminosos fugiram, mas, segundo a polícia, não levaram o dinheiro. O caso está sendo investigado pela delegacia de Polícia Civil de Vitorino Freire, que até a tarde da sexta-feira, 20, não havia identificado os criminosos. •

NA WEB

Fugitivo da Funac é preso em Imperatriz
cestadoma.com/444-945/

Mais notícias de Polícia em **cestadoma.com**



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Afos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias
<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input checked="" type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Policia
<input type="checkbox"/> Outros	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea
<input type="checkbox"/> Positiva	<input type="checkbox"/> Negativa
DATA	PÁG.
21/11/2017	03

Obra de revitalização da Rua Grande está parada

Prejudicados dizem não acreditar que os serviços iniciados na primeira quadra da principal via do comércio do Centro sejam concluídos em 60 dias

As obras de revitalização da primeira quadra da Rua Grande estão paralisadas, por imprevistos durante a escavação, para posterior pavimentação. De acordo com a superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), as dificuldades encontradas são de competência da Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema).

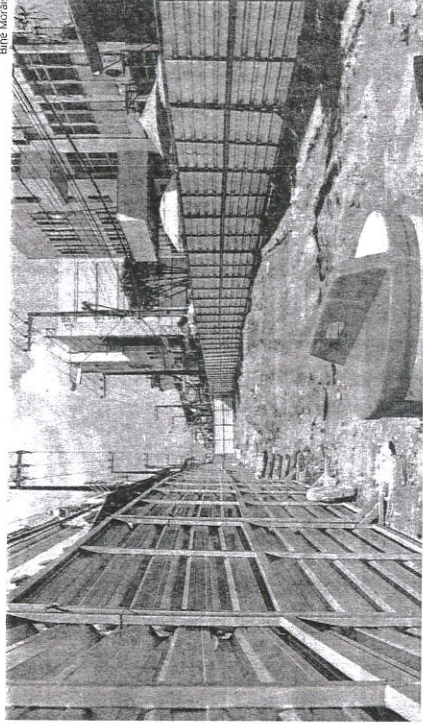
O superintendente do Iphan, Maurício Itapary, frisou que, para que a obra da primeira quadra da Rua Grande seja concluída no prazo previsto de 60 dias, é necessário que a Caema faça as intervenções necessárias. Itapary disse, ainda, que os pedestres e comerciantes poderão reclamar quando o prazo da previsão de entrega estiver vencido. Mas garante que isso não será necessário.

Com as obras, pedestres enfrentam dificuldades de mobilidade. Eles dizem que as atividades de revitalização da via já era aguardada há muito tempo, mas que os transtornos não eram esperados.

Pedestres

Maria do Carmo, que transitava na Rua Grande na manhã de sexta-feira 20, disse que ficou contente quando soube que a via faria fazer parte do projeto de revitalização realizado pelo PAC Cidades Históricas, do Governo Federal. "Fiquei contente em saber que uma rua, que passou tanto tempo esquecida, agora está passando por um processo de reforma, mas, infelizmente, nós, pedestres, temos de passar pelos transtornos que as obras ocasionam", ressaltou.

O corredor estreito deixado pelos engenheiros responsáveis pela obra tem dificultado o acesso à rua, in-



Divulgação

Com obra paralisada por necessidade de intervenção da Caema, lojistas temem demora em sua conclusão

SAIBA MAIS

A requalificação urbanística da Rua Grande e das praças Deodoro e Pantheon e Alameda Gomes de Castro é realizada com recursos públicos provenientes do Governo Federal, por meio do PAC Cidades Históricas, e foi iniciada em outubro de 2017. A previsão é de que seja concluída em março de 2019.

mero de pessoas que trafegam na área diariamente.

Comerciantes

Além de a situação ser caótica para os consumidores que circulam pela maior rua comercial do centro de São Luís, o prejuízo é ainda maior para os camelôs, que sentem os efeitos da obra no bolso. Muitos alegam que não veem progresso nesta fase de revitalização iniciada na primeira quadra e dizem não acreditar na data de entrega da obra prevista pelos órgãos responsáveis.

"A obra está parada há dias. Os pre-

tário de duas lojas na via.

O Estado manteve contato com a Câmara de Dirigentes Lojistas de São Luís (CDL), mas até o fechamento desta edição não obteve retorno.

A Caema informou, em nota, que realiza reuniões técnicas e mantém constante diálogo com o Iphan, para colaborar no andamento da obra de revitalização da Rua Grande. No último encontro realizado, na quinta-feira, 19, a Caema acordou em fornecer material e acompanhamento técnico, com vista a acelerar a implantação de uma linha de abastecimento de água com 100 milímetros de diâmetro, conforme previsto no projeto para a área. O material já foi providenciado e deverá estar disponível para implantação até terça-feira, 24. ●

VIDEO NA
VERSAO DIGITAL

estadoma.com



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial (X) Pequeno () O progresso
() Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correo de Noticias
() O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida
() Geral (X) Polícia

Outros

DATA

22/04

PÁG.

12

() Gerada () Espontânea
() Positiva () Negativa

Número de assassínatos de mulheres cresce no Maranhão e no Brasil

DIVULGAÇÃO



No início deste mês, Francisco das Chagas matou a facadas a sua ex-mulher, Celiane Alves, no Coroadó

Incidência do feminicídio choca o estado e vira tema de peça de teatro e de reportagem especial do JP Online

**TAGIL OLIVEIRA RAMOS,
JHANYFER CARVALHO E
ANANDA MAIA**

Na primeira semana de abril, a cidade recebeu notícias de dois casos de violência contra a mulher que abatarem a opinião pública. Celiane Pereira Alves, de 30 anos, foi encontrada assassinada a facadas em uma quitinete no bairro do Coroadó. O principal suspeito era Francisco da Chagas Araújo Nascimento, o ex-marido da vítima.

O segundo caso aconteceu dentro de um motel no bairro Areinha. Eliezer da Cunha Reis, que mantivera relacionamento com Westlyne Naiane Cortia, sequestrou-a e a fez refém. Ele atirou na cabeça de sua vítima, entregando-se em seguida à polícia.

Podíamos ser casos isolados. Mas não são. A violência contra a mulher tem se generalizado ao longo dos anos. Deixa de ser ofensas e maus tratos e se concretiza barbaramente na forma de assassínatos.

Em 2017, foram registrados 110 assassínatos de mulheres no Maranhão. Desse total, 50

casos foram identificados como feminicídio. Dez deles ocorreram na Região Metropolitana de São Luís. Neste ano de 2018, já foram registrados 14 casos de feminicídio no estado, sendo que dois deles na capital, cifra acima da média.

No Brasil, a taxa de feminicídios é de 4,8 para 100 mil mulheres, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS). Trata-se do quinto maior índice no mundo. De 2003 a 2013, o número de assassínatos de mulheres negras cresceu 54%, saindo de 1.864 para 2.875.

Os casos de feminicídio no estado têm crescido de forma espantosa. Os dados alarmantes e a percepção do crescimento da violência contra a mulher levaram o JP a aprofundar o assunto, ativando sua equipe para escrever a série de reportagens FEMINICÍDIO: UMA FERIDA ABERTA.

artísticas, como a que será apresentada nos próximos dias 28 e 29 de abril no Teatro Arthur Azevedo. A peça Feminicídio: Retratos de Covardia, encenada pelo bale do Ateliê Academia de Dança Maranhense, já está em sua segunda temporada e foi vista por cerca de 1.000 pessoas. O roteiro faz os telespectadores se emocionarem, retratando a vida de famílias e mulheres que sofreram esse tipo de violência. O tema também foi debatido de maneira científica pelo Fórum

Maranhense da Mulher. Visando intensificar o combate ao crime de feminicídio no estado, foi lançada no dia 13/03 a cartilha "Feminicídio no Maranhão, quando ódio violenta e mata mulheres". O material contém uma ampla pesquisa sobre o tema, elaborado pela professora doutora Mary Ferreira, integrante do Fórum Maranhense de Mulheres, Neuzely Almeida, professora do Fórum, e também integrante do departamento de professor do departamento de História da Ufma, Wagner Cabral.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA O Imparcial Pequeno O progresso
 Atos e Fatos Debate Extra A tarde Correio de Notícias
 O 4º poder Internet / Blog

EDITORIA

Política Cidades / Vida
 Geral Polícia

Outros

DATA

22/04

PÁG.

120

Gerada Espontânea
 Positiva Negativa

Preso homem que escondeu embalos de cocaína dentro de tijolo

Por volta das 20h25 de sexta-feira (20), Fábio da Silva Marques, de 29 anos, foi capturado na Avenida Moçambique, no bairro do Anjo da Guarda, no eixo Itaquí-Bacanga, em São Luís, por tráfico de drogas. Policiais do 1º Batalhão de Polícia Militar (BPM) disseram que ele escondeu, dentro de um tijolo, 7 papéletes de uma substância com aspecto de cocaína.

Fábio, disse o major André, que comanda o 1º BPM, chegou ao local em um mototáxi, e, assim que desceu do veículo, colocou os invólucros da droga no tijolo, perto de uma amendoeira. Mas os embalos foram apreendidos e apresentados no Plantão do Itaquí-Bacanga, assim como o suspeito, que é morador da Vila São Luís, igualmente naquela região.

(NELSON MELO)

DIVULGAÇÃO/PM



Fábio da Silva foi preso após descoberta de cocaína dentro de tijolo, no Anjo da Guarda

Trem arrasta ônibus na linha férrea da Vila Maranhão

Nas primeiras horas da manhã desse sábado (21), por volta das 7h30, um ônibus do transporte público de São Luís foi arrastado em um trecho da linha férrea que passa pela Vila Maranhão, no eixo Itaquí-Bacanga, por um trem da Companhia Ferroviária do Nordeste. De acordo com informações obtidas pelo Jornal Pequeno, ninguém saiu gravemente ferido neste acidente. Conforme detalhes divulgados pelo 1º Batalhão de Polícia Militar (BPM), o trem arrastou o coletivo por aproximadamente cinquenta metros. Havia poucos passageiros no coletivo, mas nenhuma das pessoas ficou com ferimentos graves. Testemunhas contaram à polícia que o motorista não prestou atenção e atravessou a linha férrea sem olhar para os lados. Há relatos, porém, que confirmam a culpa do maquinista, pois este não teria emitido sinal para o condutor do ônibus. (NM)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial Pequeno () O progresso
() Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correo de Notícias
() O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida
() Geral Polícia

Outros

DATA

22/04

PÁG.

12

() Gerada () Espontânea
() Positiva () Negativa

Leis combatem a violência contra a mulher, mas precisam de denúncia

Em fevereiro deste ano, a funcionária pública Girlene Araújo Silva foi atingida por 18 facadas arremetidas por seu ex-marido, Gutemberg Matos no bairro do Matoão. Motivo do crime: ciúmes e recusa de aceitar o fim do relacionamento amoroso.

Crimes passionais desse tipo têm ficado cada vez mais comuns e passam a frequentar os noticiários policiais. O combate à violência contra as mulheres – e mais especificamente o feminicídio – tem exigido ações de várias

organizações em São Luís. No intuito de tornar mais acessível às mulheres os recursos que a sociedade tem para combater, a 2ª Vara de Combate à Violência Doméstica e Familiar de São Luís mudou de endereço neste mês de abril. Passou a funcionar na Casa da Mulher Brasileira, localizada à av. Prof. Carlos Cunha.

De acordo com a juíza titular Lúcia Helena Barros Heluy, um dos objetivos da mudança de endereço foi facilitar o atendimento das vítimas. A unidade incorpora, entre suas responsabilidades, as tarefas de processar e julgar medidas

DIVULGAÇÃO



Viviane Azambuja: Muitas mulheres estão morrendo pelo simples fato de serem mulheres

de proteção para mulheres ameaçadas.

LEGISLAÇÃO

Muitos processos abertos são baseados na Lei Maria da Penha, que entrou em vigor em 2006. As atividades da 2ª Vara da Mulher incluem consulta a advogados, atendimento às partes e advogados, audiências e até apresentação de presos.

Os crimes mais graves têm a ver com a Lei 13.104, conhecida como Lei do Feminicídio. Ela teve sua aprovação no Congresso em 9 de março de 2015. O texto qualifica, segundo o artigo 11 do Código Penal, o crime de homicídio contra a mulher, por razão da condição de gênero. As penas previstas podem levar de 12 a 30 anos de prisão.

“Essa lei foi criada não somente para punir com mais rigor os autores de feminicídio, mas também e, principalmente, para visibilizar o fato de que muitas mulheres estão morrendo pelo simples fato de serem mulheres”, pontua a delegada Viviane

Azambuja, responsável pelo Departamento de Feminicídio do Maranhão, subordinado à SHPP. Segundo a delegada, a ênfase não significa que a vida da mulher é mais importante que a do homem, mas foi necessário demonstrar que a violência contra o gênero feminino tem tirado muitas vidas em nossa sociedade.

A sociedade, portanto, tem leis e mecanismos para inibir e punir o abuso contra as mulheres. Mas cabe às vítimas procurar as instituições e fazer valer seus direitos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde
<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Correo de Notícias	
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida	Outros	
<input type="checkbox"/> Geral	<input checked="" type="checkbox"/> Polícia		
DATA	22/104	PÁG. 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Polícia encontra cocaína em cueca de suspeito dentro de bar

No município de Pinheiro, localizado na Baixada Maranhense, a Força Tática (FT) do 10º Batalhão de Polícia Militar (BPM) efetuou a prisão em flagrante de Enilson dos Santos Rodrigues Azevedo, conhecido como "Niçoca", na madrugada desse sábado (21). De acordo com informações divulgadas pela polícia, ele traficava drogas dentro do seu bar.

Comandante do 10º BPM, tenente-coronel Diniz Vasconcelos comunicou que a guarnição se deslocou ao local após o recebimento de denúncias anônimas acerca da venda de entorpecentes no estabelecimento comercial, localizado ao lado do Hospital Materno Infantil. No bar, disse o oficial, a equipe apreendeu, na cueca de Enilson, 7 sacos pequenos contendo uma substância parecida com cocaína, e, na geladeira, mais 12 sacos maiores da mesma droga. Diante do flagrante, o suspeito foi apresentado no Plantão de Polícia Civil de Pinheiro. O material apreendido também foi levado.

CONDUÇÃO DE SUSPEITO

Na noite de sexta-feira (20), por volta das 19h, o 10º BPM conduziu ao plantão Dário Maceno Araujo, conhecido como "Pica-Pau", que teria roubado uma motocicleta em Pinheiro no dia anterior. Os policiais seguiram à sua residência, do programa "Minha Casa, Minha Vida", mas não localizaram o veículo. Porém, como ele portava uma tornozeleira eletrônica, os militares o levaram à delegacia, para averiguação. (NM).

DIVULGAÇÃO/PM



Enilson dos Santos foi preso por tráfico em Pinheiro



**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO**
Procuradoria Geral de Justiça

**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO

() O Estado do MA (X) O Imparcial () Pequeno () O progresso
() Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correo de Notícias
() O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida
(X) Geral () Polícia

Outros **07**

DATA

22/04

PÁG. **07**

() Gerada () Espontânea
() Positiva () Negativa

TCE mantém decisão sobre contratos do Fundef

Tribunal de Contas do Maranhão ratifica seu entendimento sobre a contratação de advogados para recuperar precatórios em municípios

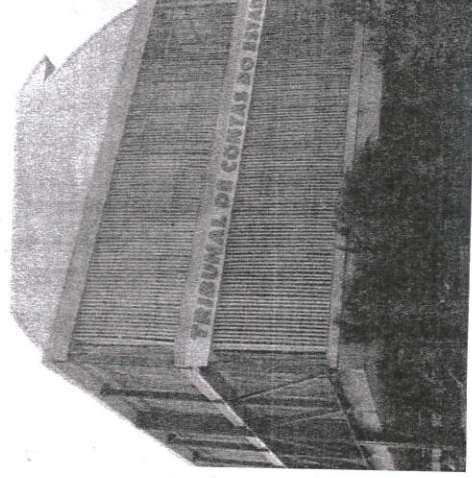
N a última semana os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão se manifestaram novamente sobre a questão que envolve a contratação de advogados para recuperação dos Precatórios do Fundef. Em sessão plenária mais recente, o foco ficou por conta do julgamento dos processos dos municípios de Godofredo Viana, Anapurus e Afonso Cunha. Consta nos autos que, em 2016, os municípios contrataram escritórios de advocacia sem licitação, o que, segundo entendimento do próprio TCE/MA, é ilegal.

Em seus votos, os relatores foram categóricos ao afirmarem que é lícita a contratação de escritório privado para atuar em favor dos municípios em casos de Fundef, caso não possuam condições técnicas e financeiras para acompanhar os processos. Contudo, ficou clara a necessidade na realização de licitação pública para firmar tal contratação.

A intenção do Tribunal é moralizar a administração pública do estado e acabar com qualquer contratação ilegal, afirmando a importância e a necessidade em realização de licitação pública, a qual é a única respon-

184

Número de municípios que contrataram escritórios de advocacia



FIQUE SABENDO

No ano passado, os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão decidiram, por unanimidade, que os mais de 184 municípios que contrataram escritórios de advocacia, para recuperar os chamados Precatórios do Fundef agiram ilegalmente.

Entre os anos de 2016 e 2017, os municípios do estado do Maranhão realizaram contratação de escritórios de advocacia de forma direta e claramente sem licitação, favorecendo-os na atuação em favor do Poder Público. Na oportunidade, apenas um escritório de advocacia contratou mais de dois terços dos Municípios, percebendo para isso, vinte por cento de seus créditos. Milhões de créditos vale afirmar.

Com apoio do Ministério Público, o TCE/MA suspendeu todas as contratações até que os Municípios regularizassem a sua representação mediante licitação. Os escritórios de advocacia recorreram ao Tribunal de Justiça do Estado, que ignorou a decisão do TCE/MA e determinou o prosseguimento dos contratos e consequentemente, a atuação dos advogados nos processos em andamento.

A discussão foi levada ao Supremo Tribunal Federal e a ministra Carmem Lúcia definiu que o TCE tem autonomia e poder para apreciar todos os Contratos firmados pelos Municípios e que, até a decisão definitiva do Tribunal, todos os pagamentos de honorários aos escritórios contratados sem licitação, seriam suspensos.

Amparado pela Suprema Corte, o TCE finalmente apreciou a questão em definitivo, estabelecendo de forma categórica que para a recuperação de valores do Fundef, os municípios apenas poderiam contratar mediante licitação pública – o que encerra de vez a discussão.

O OUTRO LADO DA MOEDA

As consequências impostas aos prefeitos em não seguir as determinações do TCE/MA, que por sua vez está apenas obedecendo a decisão da Suprema Corte, acarretará em diversas consequências administrativas, incluindo Processos de Improbidade Administrativa e Criminal, arresto de bens e afastamento do cargo.

A decisão do STF está apenas conduzindo a direção para mudanças tão importantes para os municípios maranhenses. Pelos desdobramentos do caso, concluímos que finalmente a moralização chegou ao Maranhão.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correo de Notícias
<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida	Outros <i>Adv. 2.</i>
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Policia	
DATA <i>22/04</i>	PAG. <i>01</i>
	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea
	<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa
	<i>cont.</i>

TCE do Maranhão bate o martelo NÃO CABE INEXIGIBILIDADE DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA PARA CONTRATOS DO FUNDEF

*Tribunal de Contas do Estado ratifica seu
entendimento sobre a contratação de
advogados para recuperar precatórios*

Na última semana, os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, se manifestaram novamente sobre a questão que envolve a contratação de advogados para recuperação dos precatórios de Fundef. Em sessão plenária mais recente, o foco ficou por conta do julgamento dos processos dos municípios de Godofredo Viana, Anapurus e Afonso Cunha. Consta nos autos que em 2016, os Municípios contrataram escritórios de advocacia sem licitação, o que, segundo entendimento do próprio TCE/MA, é ilegal.

Em seus votos, os relatores foram categóricos ao afirmarem que é lícita a contratação de escritório privado para atuar em favor dos Municípios em casos de Fundef, caso não possuam uma Procuradoria apta e com condições técnicas e financeiras para acompanhar os processos. Contudo, ficou clara a necessidade na realização de licitação pública para firmar tal contratação.

A intenção do Tribunal é moralizar a administração pública do Estado e acabar com qualquer contratação ilegal, afirmando a importância e a necessidade em realização de licitação pública, a qual é a única responsável por assegurar a igualdade de condições a todos que queiram realizar um contrato com o Poder Público. Em sua redação, a Lei de Licitações é clara ao afirmar que sua principal

função é "garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável". A Administração Pública por si só, não possui autonomia para celebrar contratos, pois não trabalha com recursos próprios ou disponíveis, mas sim com recursos públicos. Por isso, tem por obrigação prestar contas e observar uma série de princípios e procedimentos previstos em lei.

ENTENDA O CASO

No ano passado, os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão decidiram, por unanimidade, que os mais de 184 Municípios que contrataram escritórios de advocacia, para recuperar os chamados Precatórios do Fundef agram ilegalmente.

Entre os anos de 2016 e 2017, os municípios do estado do Maranhão realizaram contratação de escritórios de advocacia de forma direta e claramente sem licitação, favorecendo-os na atuação em favor do Poder Público. Na oportunidade, apenas um escritório de advocacia contratou mais de dois terços dos Municípios, percebendo para isso, vinte por cento de seus créditos. Milhões de créditos vale afirmar.

Com apoio do Ministério Público, o TCE/MA suspendeu todas as contratações até que os Municípios regularizassem a sua representação

mediante licitação. Os escritórios de advocacia recorreram ao Tribunal de Justiça do Estado, que ignorou a decisão do TCE/MA e determinou o prosseguimento dos contratos e consequentemente, a atuação dos advogados nos processos em andamento.

A discussão foi levada ao Supremo Tribunal Federal e a Ministra Carmem Lúcia definiu que o TCE tem autonomia e poder para apreciar todos os Contratos firmados pelos Municípios e que, até a decisão definitiva do Tribunal, todos os pagamentos de honorários aos escritórios contratados sem licitação, seriam suspensos.

Amparado pela Suprema Corte, o TCE finalmente apreciou a questão em definitivo, estabelecendo de forma categórica que para a recuperação de valores do Fundef, os Municípios apenas poderiam contratar mediante licitação pública – o que encerra de vez a discussão.

O OUTRO LADO DA MOEDA

As consequências impostas aos prefeitos em não seguir as determinações do TCE/MA, que por sua vez está apenas obedecendo a decisão da Suprema Corte, acarretará em diversas consequências administrativas, incluindo Processos de Improbidade Administrativa e Criminal, arresto de bens e afastamento do cargo.

A decisão do STF está apenas conduzindo a direção para mudanças tão importantes para os municípios maranhenses. Pelos desdobramentos do caso, concluímos que finalmente a moralização chegou ao Maranhão.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde
<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		<input type="checkbox"/> Correio de Notícias
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida		Outros
<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia		
DATA	22/10/4	PÁG.	capa
			<input type="checkbox"/> Gerada
			<input type="checkbox"/> Positiva
			<input type="checkbox"/> Espontânea
			<input type="checkbox"/> Negativa

**TCE do Maranhão bate o martelo
NÃO CABE INEXIGIBILIDADE DE ESCRITÓRIO
DE ADVOCACIA PARA CONTRATOS DO FUNDEF**



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias
<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog
EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Outros	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea
DATA	PÁG. 03
22/04	() Positiva () Negativa

A gênese do problema e as esquisitices do caso

Após fatos mais aclarados, percebe-se que a gênese do problema foi o memorando circular assinado pelo Ten Cel Emerson Farias Costa, supostamente por delegação do Comandante do Policiamento do Interior, Zózimo Paulino da Silva Neto. Todos os comandados reproduziram a ordem para os seus. Isso pode incluir o tenente-coronel Markus, sobre quem recaiu inicialmente a suspeita de ter divulgado, pois partiu dele o primeiro memorando distribuído por zap e que possui conteúdo apenas restrito à parte mais polêmica. A sindicância dos próximos dias na PM irá esclarecer melhor os responsáveis pela tralhaçada que os adversários do governo tentam colocar no colo de Flávio Dino.

O tenente-coronel Emerson Farias Costa foi promovido à patente em 29 de dezembro de 2014, quando já se encerrava o governo de Roseana Sarney (MDB). O major Antônio Markus da Silva Lima é muito amigo do ex-comandante da Polícia Militar npo governo Roseana, Zanoni Porto. Pré-candidato a deputado pelo PRTB, Zanoni é o responsável, segundo o Ministério Público do Maranhão, pela armação perpetrada à véspera da eleição de 2014 na tentativa de comprometer a candidatura de Flávio Dino, informou, ontem, o blog Marrapá, editado por Leandro Miranda.

“A época, sob o comando de Zanoni, a PM realizou uma blitz especialmente para fazer a abordagem a Saulo Dino, acreditando que encontraria recursos de campanha no veículo do irmão do governador. No carro, entretanto, foram encontrados apenas cartazes, bandeiras e materiais de campanha”, postou ainda o Marrapá.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso		
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida	Outros		
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia			
DATA	PÁG.		
22/04	12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea	<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

DELAÇÃO

PM que acusou Jefferson mentiu, dizem procuradores da República

“É difícil a gente estar falando do desdito de uma pessoa que firma um termo de depoimento, na presença de defensor público da União, depois de oito horas de depoimento, e depois ele dá à Justiça uma hora de uma outra versão. É uma pessoa que, para a gente, não tem nenhuma credibilidade. A gente não dá qualquer credibilidade, de fato, ao depoimento dele”, afirmou, nesse sábado, o procurador da República, no Maranhão, Juraci Guimaraes Júnior. Junior.

Em companhia da também procuradora Carolina da Hora (Ministério Público Federal no Maranhão (MPF-MA)), Juraci Júnior concedeu entrevista coletiva sobre as denúncias feitas pelo soldado Fernando Paiva Moraes Junior, da PMMA, numa audiência na 1ª Vara Federal Criminal sobre o processo em que ele é acusado de integrar uma quadrilha de contrabandistas desbaratada pela Polícia Civil durante operação na zona rural de São Luis, em fevereiro deste ano.

Os procuradores disseram que, por não ter sido homologada, a delação já feita pelo PM não significa nada juridicamente e que o militar denunciado no caso do contrabando mentiu em seu depoimento.

O PM afirmou ao juiz federal Luís Regis Bomfim Filho que foi pressionado pelo secretário

Jefferson Portela, da Segurança, a apontar o deputado Raimundo Cutrim e o delegado Ney Anderson como integrantes do esquema de contrabando.

Disse ainda o PM que tentaram ouvi-lo sem a presença dos seus advogados, no dia 7 de abril, o que foi denunciado pela comissão de prerrogativas da OAB-

MA, sendo contestado pelos representantes do MPF-MA.

Segundo os procuradores, o soldado Paiva mudou seu depoimento. “O Ministério

Público nunca descumpriu as prerrogativas da OAB. Os advogados tiveram acesso ao acusado, falaram com o acusado.

O acusado desconstituiu o seu advogado e ele esteve na presença, durante 8h30, de um defensor público federal”, ressaltou Guimaraes. E recordou que, ao ser levado à Procuradoria, no começo do mês, o soldado alegou que foi ele quem pediu para ser transferido do xadrez, depois de receber informações de que corria riscos de vida onde estava recolhido.

“Ele se sentia ameaçado e procurou, lá onde estava preso, no Quartel da Polícia Militar, um outro soldado, amigo de fé dele, que era a única pessoa que ele confiava”, acrescentou Juraci.

“Não é verdade que o Ministério Público o tenha pressionado para delatar”, enfatizou o procurador.

(O INFORMANTE)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procurador Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial (X) Pequeno () O progresso
() Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correo de Noticias
() O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

(X) Política () Cidades / Vida
() Geral () Polícia

Outros

DATA 22/104

PÁG. 03

() Gerada () Espontânea
() Positiva () Negativa

Ofício da PM diz que são ilegais documentos sobre identificação de lideranças políticas

O Comando Geral da Polícia Militar do Maranhão expediu ofício nessa sexta-feira (20) para que fique claro que são ilegais e sem valor os documentos emitidos tratando de suposta determinação a Unidades do Interior sobre identificação de lideranças políticas. Essas notas foram emitidas sem o conhecimento e a autorização do comando da Polícia Militar. O ofício da PM diz que os documentos "não foram submetidos à análise e autorização do comando da

instituição policial militar" e que se trata de "ordem manifestamente ilegal".

"Determino que desconsiderem e tornem sem efeito as solicitações contidas nos memorandos já mencionados", diz o ofício assinado pelo comandante geral da PM, Jorge Luongo.

Investigação – A Secretaria de Segurança Pública do Maranhão determinou a conclusão em até 30 dias da sindicância para apurar a responsabilidade sobre os documentos ilegais. Conforme estabelecido em lei, o

prazo inicial de 30 dias corridos pode ser prorrogado por 20 dias, caso haja necessidade.

O encaregado pela apuração dos fatos será o coronel Antonio Roberto dos Santos Silva. Entre os trabalhos que o coronel fará, está "qualificar, inquirir, conhecer e acarear, se for o caso, os envolvidos e demais testemunhas", de acordo com a portaria que trata da apuração. O tenente-coronel Emerson Faria Costa foi exonerado do cargo após a identificação da autoria de um dos documentos ilegais.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial Pequeno () O progresso
() Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correo de Notícias
() O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

Política () Cidades / Vida
() Geral () Polícia

Outros

DATA

22/04

PÁG.

03

() Gerada () Espontânea
() Positiva () Negativa

Documento ilegal gera reação do comando da PM e secretário exige punição dos responsáveis

Um memorando assinado pelo segundo homem no comando do policiamento do interior do Maranhão, nesta sexta-feira, 6 de abril, a todos os comandantes da Polícia Militar do Maranhão com tentativas de envolver o governo, como um todo, e, consequentemente, o governador Flávio Dino.

O tenente-coronel Emerson Farias Costa, chefe do Comando de Policiamento do Interior, assinou o documento, com data de 6 de abril, a todos os comandantes da Polícia Militar do Maranhão com recomendações para listar "líderes de oposição" que possam "causar embaraços no pleito". O documento não contava com a assinatura do superior imediato do tenente-coronel Emerson, o comandante do Policiamento do Interior, Zózimo Paulino da Silva Neto.

Na noite de 19 de abril, uma das cópias veio a público, por meio de memorando do tenente-coronel Antônio Markus da Silva Lima, comandante do Comando de Policiamento de Área (CPA), de Barra do Corda, em que encaminhava parte do ofício a todos os batalhões de sua área. Já na madrugada, o secretário

da Segurança Pública, Jefferson Portela, de pronto determinou a exonerção dos dois oficiais do posto. E o comandante da PM, coronel Jorge Guerra Luongo, enviou o ofício a todos os comandantes de área anulando o comunicado anterior, considerado ilegal.

Uma sindicância foi aberta para, no prazo de 30 dias, apurar os responsáveis pelo caso.

A oposição acusa o governador de "perseguição". De seu perfil no Twitter, Flávio Dino afirmou que desconhecia o documento e exigiu a demissão sumária dos responsáveis.

Em entrevista após o encontro estadual do DEM, em Santa Inês, com a presença do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, o governador atacou o uso político do documento. "Em período eleitoral, muita gente sacrifica a verdade em nome de seus interesses de voltar ao poder".

ENTENDA PASSO A PASSO O QUE ACONTECEU NA CRISE

6 DE ABRIL – O tenente-coronel Emerson Farias Costa, chefe do Comando de Policiamento do Interior, assina o ofício a todos os Comandantes de Policiamento de Área com as recomendações para listar "líderes de oposição" que possam "causar embaraços no pleito".

O documento não conta com a assinatura do superior imediato de Emerson, o Comandante do Policiamento do Interior, Zózimo Paulino da Silva Neto.

19 ABRIL – À noite, surge na internet a cópia de um memorando do tenente-coronel Antônio Markus da Silva Lima,



O secretário Jefferson Portela fez o coronel Jorge Luongo deixar o cargo em decorrência do problema ocorrido no PM

comandante do Comando de Policiamento de Área (CPA) de Barra do Corda, em que encaminhava parte do ofício a todos os batalhões de sua área.

20 DE ABRIL – O secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, de pronto determina a exonerção dos dois oficiais do posto. O comandante da PM, coronel Jorge Guerra Luongo, envia o ofício a todos os comandantes de área anulando o comunicado anterior, considerado ilegal.

Uma sindicância é aberta para apurar, no prazo de 30 dias, os responsáveis pelo caso.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA O Imparcial Pequeno O progresso
 Atos e Fatos Debate Extra A tarde Correo de Notícias
 O 4º poder Internet / Blog

EDITORIA

Política Cidades / Vida
 Geral Polícia

Outros

DATA

22/04

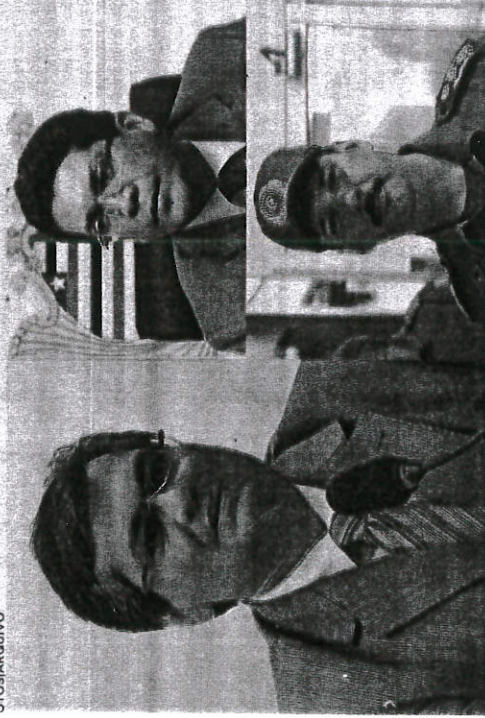
PÁG.

capa

Gerada Espontânea
 Positiva Negativa

DOCUMENTO ILEGAL GERA REAÇÃO DO COMANDO DA PM E SECRETÁRIO EXIGE PUNIÇÃO DE RESPONSÁVEIS

OTOSIARQUIVO



• *Ofício da PM diz que são ilegais documentos sobre identificações de lideranças políticas*

• *Flávio Dino rebate acusações e diz que governo vai continuar na direção certa*

Um memorando assinado pelo segundo homem no comando do policiamento do interior abriu, essa semana, uma crise na Polícia Militar do Maranhão com tentativas de envolver o governo, como um todo, e, consequentemente, o governador Flávio Dino. O documento, considerado ilegal, provocou reação do comando da PMMA e o secretário

da Segurança, Jefferson Portela, exigiu punição aos responsáveis. O Comando Geral da PM expediu ofício para que fique claro que são ilegais e sem valor os documentos. Em visita a Alto Alegre, o governador Flávio Dino rebateu as acusações e disse que o governo vai continuar na direção certa.

Flávio Dino, Jefferson Portela e o coronel Jorge Luongo reagiram em face do polêmico ofício da PM



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correo de Notícias
<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida	Outros
<input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Policia	<i>Caderno 2.</i>
DATA	PÁG.
<i>22/104</i>	<i>01</i>
	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Prefeitos que contrataram escritório de advocacia por inexigibilidade podem responder por improbidade administrativa

O Ministério Público do Maranhão recomenda que prefeito de Cidelândia anule no prazo de 10 (dias) o contrato celebrado com o escritório de advocacia JOÃO AZEDO & BRASILEIRO por dispensa de licitação (inexigibilidade), para recuperação de créditos do extinto Fundef, sob pena de adoção de medidas legais necessárias a fim de assegurar a implementação da ordem, inclusive através do ajuizamento da ação civil pública cabível por improbidade administrativa.

Em trecho do Diário Oficial 072/2018, disponibilizado no dia 20/04/2018, o MP ainda discorre sobre as seguintes situações:

CONSIDERANDO que, no Estado do Maranhão, este mesmo e único escritório de advocacia (JOÃO AZEDO E BRASILEIRO SOCIEDADE DE ADVOGADOS), no período de novembro de 2016 a 02 de janeiro de 2017, celebrou contrato similar para recuperação de tais créditos, com nada menos que 110 Municípios, todos escudados em suposta "inexigibilidade de licitação", pela "singularidade dos serviços prestados";

CONSIDERANDO que a contratação em epígrafe envolve milhões de reais e prevê, como pagamento pela prestação dos serviços, a título ad exitum, que o valor dos honorários advocatícios será a quantia correspondente a 20% (Vinte por cento) do montante auferido com a execução do objeto do contrato, a ser pago no momento que o Município perceber o crédito, chegando também à cifra de milhões de reais, incorrendo assim em tripla ilegalidade.

CONSIDERANDO não se reconhece no caso a "singularidade" da matéria, a carcer de serviços jurídicos especializados que justifiquem a contratação via inexigibilidade de licitação, vez que vários escritórios de advocacia no país têm ajuizado sobreidas ações, de idêntico conteúdo.

CONSIDERANDO que a Nota Técnica nº 430/2017/ NAE/MA Regional/MA da Controladoria Geral da União também conclui que "não há fundamento para a contratação dos escritórios por inexigibilidade de licitação, uma vez que há possibilidade de competição e que os serviços (cumprimento de sentença) não são de natureza singular";

CONSIDERANDO as decisões emanadas do pleno do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Maranhão DECLAROU ILEGAL A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO e que o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) e o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF), respectivamente, já haviam decidido no mesmo sentido e ainda reconhecendo a competência do TCE para controle administrativo de legalidade das contratações.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correo de Notícias
<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida	Outros
<input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia	
DATA	PAG. 07
	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea
	<input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Vendedor ambulante de drogas é preso

Policiais militares do GTM do 1º BPM prenderam, por volta das 20 horas de sexta-feira (20), na Avenida Moçambique, bairro do Anjo da Guarda, por suspeita de tráfico de drogas, o elemento identificado como Fábio da Silva Marques, 30 anos.

Os militares receberam uma denúncia anônima, que o elemento teria chegado no posto de mototáxi do Anjo da Guarda com sua moto e escondido drogas em um tijolo perto de uma amendoeira.

Ônibus é arrastado por trem da Vale na Vila Maranhão

Um ônibus que faz linha para o Rio dos Cachorros foi arrastado hoje, por volta das 7h30, pelo trem da Companhia Ferroviária do Nordeste na linha férrea que passa pela Vila Maranhão, distrito industrial. De acordo com testemunhas, o ônibus foi arrastado por cerca de cinquenta metros, após o trem bater lateralmente nele. Por sorte, ninguém ficou gravemente ferido, já que o ônibus estava com poucas pessoas (apenas o motorista e outras duas pessoas não-identificadas).

Segundo populares, o ôni-

bus seguia na rota normal de viagem e não teria prestado atenção na vinda do trem. Por outro lado, testemunhas confirmaram se o maquinista também não sinalizou para o motorista, o que pode ter provocado o acidente.

O barulho do choque do trem no ônibus assustou os moradores da região. A falta de sinalização pode ter provocado o acidente. O ônibus permaneceu no local até a chegada da perícia que dará suporte para serem apuradas as responsabilidades sobre o caso.

Comando da PM em Caxias também mandou "fichar" oposição

Um novo documento aponta que o Comando de Policiamento do Interior (CPI) da Polícia Militar do Maranhão efetivamente adionou os comandos de área para fazer valer a ordem de cadastro de lideranças de oposição ao governo Flávio Dino (PCdoB).

No dia 6 de abril, o major Jádriel Rezendes, respondendo pelo Comando de Policiamento de Área 4, em Caxias, também encaminhou memorando ao seus subordinados determinando o cadastro de opositores.

ANULAÇÃO - Outra prova de que o comando da PM efetivamente admite que a ordem foi expedida a todo o estado é que o coronel Zózi-mo Neto, comandante do Comando de Policiamento do Interior (CPI), editou na sexta (20) um novo memorando, tornando sem efeito o documento anterior e mandando a todos os comandos de área que informem da nova decisão aos seus subordinados.



VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate	<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde
<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		<input type="checkbox"/> Correo de Notícias
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida		
<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Policia		
			Outros
			Gerada
			<input type="checkbox"/> Espontânea
			<input checked="" type="checkbox"/> Positiva
			<input type="checkbox"/> Negativa
DATA		PÁG.	
22 de 23/04	03		

Promotoria acusa juiz de Imperatriz por improbidade administrativa

O ex-prefeito de Imperatriz (MA), Sebastião Madeira (PSDB), o ex-procurador-geral do município, Gilson Ramalho de Lima, e o juiz titular da Fazenda Pública da cidade maranhense, Joaquim da Silva Filho, são alvo de uma ação civil pública por improbidade administrativa. A ação foi protocolada pela Promotoria de Justiça Especializada em Defesa do Patrimônio Público e Probidade Administrativa do Ministério Público do Maranhão.

Segundo a Promotoria, duas funcionárias da Procuradoria-Geral do Município, foram nomeadas para o cargo em comissão de assessoras jurídicas e cedidas para prestar serviços de 'natureza particular' ao magistrado.

O Ministério Público do Maranhão descobriu que a transferência das servidoras para o gabinete de Joaquim não obedeceu a procedimentos legais, nem foi informado à direção do Fórum ou ao Tribunal de Justiça.

Segundo a ação, o artigo 85 do Estatuto dos Servidores Públicos de Imperatriz prevê a possibilidade de cessão apenas de servidores efetivos para prestarem serviços em outros órgãos, vedando assim a disponibilidade de pessoas em cargos de comissão.

"Todo o processo de locação das servidoras foi realizado na mais absoluta informalidade, contrariando os trâmites necessários para a

realização deste tipo de cessão, o que leva a presumir que elas estavam prestando serviço de natureza particular às expensas do erário municipal", afirma o promotor de Justiça Albert Lages Mendes.

O Ministério Público pediu à Justiça que bloqueie os bens dos três citados na ação e aplique as sanções listadas no artigo 12 da Lei de Improbidade Administrativa, que prevê ressarcimento integral do dano ao erário, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a dez anos e proibição de contratar com o poder público por até dez anos.

COM A PALAVRA, O JUIZ JOAQUIM DA SILVA FILHO:

O titular da Fazenda Pública de Imperatriz, Joaquim da Silva Filho, afirmou que 'irá se manifestar da forma apropriada no local adequado'.

Ele afirmou que não obtém benefícios pessoais com as funcionárias que trabalharam na Vara da Fazenda.

Alegou também que 'há uma gama de processos que demandam de mais pessoal do que o disponível e que a prática de cessão de funcionários é comum no Estado'.

COM A PALAVRA, IMPERATRIZ:

A reportagem tentou contato com o Município de Imperatriz, o ex-prefeito Sebastião Madeira e o ex-procurador-geral Gilson Ramalho de Lima. O espaço esta aberto para manifestação.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

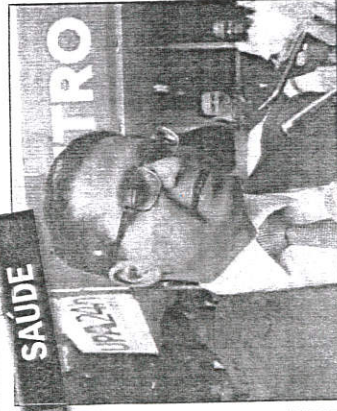
() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso
() Atos e Fatos () Debate (X) Extra () A tarde () Correo de Notícias
() O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida
() Geral () Polícia
Outros

DATA	22.02.2014	PÁG.	capa	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa
------	------------	------	------	--

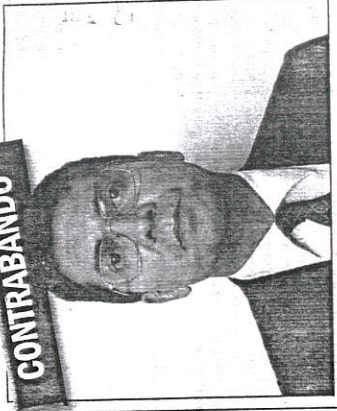
BRONCAS DO GOVERNO



Carta deixada por médico cita nomes de Carlos Lula, Marcelo Tavares e Márcio Jerry

Esse caso da morte do médico Mariano de Castro e Silva, preso em novembro sob acusação de ser o chefe do esquema que desviou R\$ 18 milhões da Saúde ainda vai render muito. Encontrado morto em seu apartamento em Teresina (Pi), deixou uma carta manuscrita onde expõe o núcleo duro do governo estadual. Lá ele aponta auxiliares diretos do governador Flávio Dino, como o ex-chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares; o ex-secretário de Articulação Política e Comunicação, Márcio Jerry, e o secretário de Saúde, Carlos Eduardo Lula.

PÁGINA 3



Soldado preso diz que foi coagido em depoimento a envolver delegados e deputado

O policial militar Fernando Paiva Moraes Junior preso em um dos maiores esquemas que contrabando de uísque e cigarros do Maranhão, prestou depoimento na 1ª Vara Federal Criminal, ao juiz Luis Régis Bornim Filho e fez relatos que comprometem toda a investigação feita pela cúpula da segurança pública do Maranhão, comandada pelo delegado Jefferson Portela. Durante oitiva, realizada na última segunda-feira (16), o policial fez relatos estarrecedores ao magistrado.

PÁGINA 7



Justiça Eleitoral vai investigar dossiê de eleitores realizado pela Polícia Militar

O Ministério Público Eleitoral no Maranhão instaurou um procedimento preparatório para investigar determinação do Comando de Policiamento do Interior do Estado pela Justiça Eleitoral de opositores municipais e estaduais durante o pleito de 2018. Segundo a Procuradoria, "a ordem está valendo desde 6 de abril, devido a um memorando assinado pela Pm do Estado".

De acordo com o procurador Regional Eleitoral, Pedro Henrique Castelo Branco, "o memorando não esclarece ou motiva de forma idônea as razões da necessidade de do 'levantamento eleitoral' solicitado".

PÁGINA 3



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso
() Atos e Fatos () Debate (X) Extra () A tarde () Correo de Notícias
() O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

(X) Política () Cidades / Vida
() Geral () Polícia

Outros

DATA 22/02/2018 PÁG. 03 () Gerada () Espontânea
() Positiva () Negativa

COPIANDO TRUMP

Procuradoria Eleitoral investiga Polícia do MA por espionagem de opositores

O Ministério Público Eleitoral no Maranhão instaurou um procedimento preparatório para investigar determinação do Comando de Policiamento do Interior do Estado pela espionagem de opositores municipais e estaduais durante o pleito de 2018. Segundo a Procuradoria, “a ordem está valendo desde 6 de abril, devido a um memorando assinado pela PM do Estado”.

De acordo com o procurador Regional Eleitoral, Pedro Henrique Castelo Branco, “o memorando não esclarece ou motiva de forma idônea as razões da necessidade do ‘levantamento eleitoral’ solidado”.

“Também não observa direitos fundamentais presentes na Constituição, que garantem a liberdade de manifestação e de expressão, bem como o livre exercício da convicção política”, afirmou.

A espionagem de opositores do governo provocou pesada reação política no Maranhão. Deputados de partidos diversos passaram a sexta-feira, 20, atacando o governo Flávio Dino, que busca a reeleição. “É uma Venezuela, uma Coreia no Maranhão”, afirmou o deputado estadual Sousa Neto (PPP).

O MP Eleitoral ressaltou: “A Lei Complementar



Flávio Dino anda espionando seus adversários

64/1990, prevê que uso desviado ou indevido de poder conferido a agente público, no exercício de função ou cargo de Administração Pública, em favor de candidato ou partido político, configura abuso de autoridade”.

“Ainda de acordo com a legislação eleitoral, podem sofrer a sanção de cassação do registro ou diploma tanto os responsáveis pela conduta ilícita, como também os candidatos meramente beneficiários, sendo apenas a sanção de inelegibilidade de caráter pessoal ao responsável”, explica.

A Procuradoria esclarece que, “com propósito de esclarecer os fatos, bem como de eventualmente diminuir

ou cessar atividades ilícitas eleitorais, para evitar que assumam uma dimensão mais grave, o Ministério Público Eleitoral instaurou Procedimento Preparatório Eleitoral”.

“Para tanto, requisitou do Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Maranhão que se manifeste, no prazo de 10 dias úteis, e encaminhe cópia integral dos procedimentos administrativos que tenham relação com o caso”, concluiu.

DEFESAS - Por meio de seu Twitter, o governador Flávio Dino negou envolvimento com o caso. “Absurdo imaginar que um papel assinado por um oficial da PM possa ter a minha orientação,

apoio ou concordância. Ao tomar conhecimento, mandei demitir o autor do papel disparatado”.

“Mandei também apurar por que esse oficial da PM assinou aquele papel absurdo. Ele irá responder a processo disciplinar para esclarecer os fatos”, afirma.

Em nota, o comandante geral da Polícia Militar do Maranhão, coronel Jorge Luonranho, afirmou: “A Polícia Militar do Maranhão vem a público esclarecer que o documento que circula nas redes sociais onde supostamente se determina às Unidades do Interior que identifiquem lideranças antagônicas ao Governo Local e Estadual é um equívoco grave e sem precedentes, não autorizado pelo Comando da Instituição Policial Militar, que na sua gênese procurava tão somente catalogar dados informativos e estatísticos que subsidiassem um banco de dados para a elaboração do planejamento do policiamento das eleições 2018.

Informa que logo que este equívoco foi identificado, tomou medidas imediatas para corrigir tal erro e tomar sem efeito tais medidas, assim como instaurou um procedimento de apuração legal para as devidas providências que o caso requer.”



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA O Imparcial Pequeno O progresso
 Atos e Fatos Debate Extra A tarde Correo de Notícias
 O 4º poder Internet / Blog

EDITORIA

Política Cidades / Vida
 Geral Polícia

Outros

DATA

22 u 23/04

PÁG.

07

Gerada Espontânea
 Positiva Negativa

CASERNA EM CHAMAS

PM revela que Portela mandou envolver deputado e delegados em crime de contrabando de bebidas

O policial militar Fernando Paiva Moraes Junior preso em um dos maiores esquemas que contrabando de uísque e cigarros do Maranhão, pres- tou depoimento na 1ª Vara Federal Criminal, ao juiz Luís Régis Bomfim Filho e fez rela- tos que comprometem toda a investigação feita pela cúpula da segurança pública do Ma- ranhão, comandada pelo de- legado Jefferson Portela.

Durante oitiva, realizada na última segunda-feira (16), o policial fez relatos estare- cedores ao magistrado, sobre uma trama orquestrada pelo secretário de Segurança Pú- blica do Maranhão, Jefferson Portela, para envolver um de- putado estadual e outros dois delegados de Polícia Civil na organização criminosa espe- cializada no contrabando de cigarros e descaminho de be- bidas para São Luís.

O militar foi categórico em afirmar, perante ao juiz, que foi coagido pelo secreta- rio para aceitar o acordo de delação premiada no Minis- tério Público Federal do Ma- ranhão. O soldado Paiva tam- bém confirma a interferência, direta do secretário Portela em criar, segundo ele, situ- ações que comprometem e colocam na cena do crime, o delegado Thiago Bardal, - que se encontra preso preventiva- mente -, o deputado estadual Raimundo Cutrim (PCdoB) e Ney Anderson Gaspar, que

segundo informações, seria genro da desembargadora Anilides Cruz.

Durante a oitiva o militar afirmou: "Ele queria o tempo todo que eu dissesse que o delegado Thiago Bardal es- tivesse dentro do sítio, ele queria que eu dissesse que o delegado Raimundo Cutrim, que é o atual deputado tives- se dentro do sítio também. Ele queria que eu falasse, por ele, eu podia contar a história mais mirabolante que fosse mais envolvendo eles, entendeu, a história mais convincente possível, mas inserindo essas pessoas. O delegado Ney An- derson que eu não conheço eu não conheço o deputado Rai- mundo Cutrim e também não conheço o delegado Bardal".

Diante do juiz Luís Régis Bomfim Filho, a quem não homologou a delação, o mili- tar se mostrou insatisfeito no acordo de colaboração e ale- gou que não poderia inserir pessoas que ele não conhece



Soldado Fernando Paiva Moraes



Secretário Jefferson Portela e Raimundo Cutrim



Delegados Thiago Bardal e Ney Anderson

em um contexto de briga po- lítica.

O soldado Paiva disse que não foi ameaçado de morte, porém, foi forçado a escre- ver em uma folha de papel chamex que estava sofrendo ameaças, informação está completamente diferente do que diz a nota dos procura- dores da República no Mara- nhão (PR/MA), Juraci Guima- rães Júnior, José Raimundo Leite Filho e Marclio Nunes Medeiros, a qual alegou que o

militar foi levado para o MPF, por estar sendo "ameaçado". O militar diz que os procura- dores ofereceram em troca da delação os benefícios do perdão judicial, requerer re- vogação da preventiva, deixar de oferecer denúncia a even- tuais novos contextos e de propor ação de improbidade administrativa.

A Secretária de Segurança e os procuradores da Repúbl- ca ainda não se manifestaram sobre o caso.